



Índice

- 01** Terena: fazendeiros atiram contra indígenas, incendeiam trator e expulsam comunidade
- 02** Coca-Cola solicitará à Bunge que não compre açúcar produzido em terra Guarani Kaiowá
- 03** Marco temporal: o direito originário à terra tradicional ameaçado
- 04** Comissão de Direitos Humanos realiza Audiência Pública para discutir ameaças contra lideranças Xakriabá
- 05** Maranhão: o ataque a Rebio Gurupi e às terras dos Awá Guajá
- 06** Índios em conflito adiam protesto para recepção a médicas cubanas
- 07** MPF/SC acompanha perícia na Barragem Norte na região de José Boiteux
- 08** Aty Guasu: Agora é oficial! Reintegração de Yvy Katu não será cumprida nos próximos dias. A pedido do MPF, juíza concedeu mais 10 dias
- 09** Aty Guasu Guarani e Kaiowá agradece à associação científica brasileira, ao mesmo tempo que socializa ofício da ABA, ANPOCS e ABET enviado à presidenta Dilma Roussef
- 10** Grande Assembleia do Povo Terena começa amanhã, 13 de novembro
- 11** “Os índios estão com muita raiva do chefe do povo branco do Acre”, diz antropólogo Terri



- 12** Comissão da Verdade apura crimes contra índios de MS
- 13** Concurso da PM convoca candidatos negros e índios para entrevista
- 14** Disputa por terras entre índios e produtores preocupa Deputado Sperafico
- 15** Depois de ler reportagem, índios identificam jovem desaparecido
- 16** PF VAI APURAR MORTE DE ÍNDIOS EM ILHÉUS
- 17** Laboratório indígena: A experiência de dez anos de convênio entre a Universidade de Brasília e a Funai
- 18** "Os índios estão com muita raiva do chefe do povo branco do Acre", diz antropólogo que atua no Estado há 35 anos
- 19** Povo Munduruku do Tapajós anuncia nova instância de representação
- 20** Índios têm acesso à internet e oficinas digitais
- 21** Coreanos são detidos com ervas medicinais retiradas de terra indígena
- 22** Conflito indígena em MS mancha imagem do Brasil, acredita Lula
- 23** COP19: Povos Indígenas – menos blá blá e mais ações concretas
- 24** Jogo de tabuleiro criado por indígenas empolga estudantes
- 25** Duplicação da BR-386: Proposta R\$ 1,3 milhão menor se habilita a construir aldeia indígena
- 26** UFMG abre 35 vagas para formação de professores indígenas na área de matemática
- 27** Proprietário rural denuncia tentativa de ocupação indígena à polícia em MS



-
- 28** Famato considera histórica decisão parando demarcação de área indígena em MT
 - 29** Jogos Quilombolas
 - 30** Ministério avalia inclusão produtiva de quilombolas
 - 31** AOS 10 ANOS, LUZ PARA TODOS BENEFICIA 14,4 MI
 - 32** Inscrições para voluntários do Projeto ALMA encerram nesta sexta-feira (15)
 - 33** ANA ARRAES É RELATORA DO TCU EM AUDITORIA DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA
 - 34** “Martírio”: vamos apoiar Aty Guasu e Vicente Careli a viabilizarem essa denúncia internacional sobre a história e a realidade Guarani e Kaiowá



Terena: fazendeiros atiram contra indígenas, incendiam trator e expulsam comunidade

SÍTIO CIMI, 12.11.2013

Ruy Sposati,
de Campo Grande (MS)

Fazendeiros expulsaram a tiros indígenas do povo Terena que haviam retomado a área de uma fazenda que incide sobre a área reivindicada como terra indígena Pillad Rebuá, no município de Miranda (MS), no Pantanal, nesta terça-feira, 12. Um trator pertencente à comunidade também foi incendiado. Ninguém ficou ferido. As informações são de lideranças Terena que estavam no local.

Cerca de 20 famílias da aldeia Passarinho - parte dos 94 hectares hoje ocupados por cerca de 2,2 mil Terena em Pillad Rebuá - ocuparam a área na manhã de terça. Os indígenas relatam que tentaram dialogar com os fazendeiros que estavam na propriedade. "Nós explicamos que queríamos dialogar, que a terra era indígena, que nós estávamos pressionando para que os estudos sejam feitos. Nós não queremos confronto", relata um indígena. "Mas ele não queria entendimento, ele partiu pra agressão". Segundo o indígena, o homem telefonou para outros fazendeiros da região, que foram então ao local.

Uma liderança que estava próxima ao local do conflito expõe a tensão. "Eu ouvi o grito do fazendeiro, dizendo: 'vou colocar fogo nessa merda aqui!' Eu não sabia onde ele ia colocar fogo. Quando olhei, era a fumaça no trator", explica. "Eles também dispararam as armas. Eles atiraram na gente. A gente não quer confronto, então a gente recuou, a gente voltou [para a aldeia Passarinho]".

Pillad Rebuá

O caso aconteceu na área reivindicada como Terra Indígena Pillad Rebuá. No mês passado, cerca de 300 indígenas do povo Terena retomaram duas propriedades localizadas dentro do território, onde foram atacados por homens armados em caminhonetes. Cápsulas de 9mm foram encontradas no local e entregues à Polícia Federal. Os Terena exigem que seja instituído o Grupo de Trabalho (GT) para finalizar o processo de identificação e demarcação de Pillad, cuja dimensão apontada nos laudos pela Fundação Nacional do Índio (Funai) é de 10.400 hectares.

Hoje, em Pillad, cerca de 2,2 mil indígenas vivem em 94 hectares, divididos em duas aldeias, Moreira e Passarinho. O território recebeu seu primeiro registro de reconhecimento pelo Estado em 1904. Um processo de demarcação teve início em 1950, mas não seguiu.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Ainda em Miranda, os Terena retomaram uma propriedade arrendada para criadores de gado que incidia sobre a terra indígena Cachoeirinha, declarada pelo Ministério da Justiça em 2007 mas com processo de demarcação parado no Supremo Tribunal Federal (STF). A fazenda de 600 hectares tem como proprietário Pedro Paulo Pedrossian, filho do ex-governador biônico da ditadura militar, Pedro Pedrossian.

Coca-Cola solicitará à Bunge que não compre açúcar produzido em terra Guarani Kaiowá

SÍTIO CIMI, 12.11.2013

Por Patrícia Bonilha,
de Brasília (DF)



A Coca-Cola anunciou no último dia 8, que vai eliminar mundialmente a apropriação injusta de terras da sua cadeia de fornecimento. Isso significa que ela vai rever as suas próprias práticas e as de seus fornecedores no sentido de não mais permitir que seus produtos sejam associados a violações do direito à terra e conflitos agrários. O anúncio é uma resposta à campanha Por trás das Marcas, da Organização

Não Governamental Oxfam, que através de seu relatório O Gosto Amargo do Açúcar apontou as estreitas relações entre a indústria do açúcar e as apropriações injustas de terra. No Brasil, a Coca-Cola compra açúcar da Bunge que, por sua vez, compra açúcar da Usina Monteverde plantado na Terra Indígena Jatayvary, localizada em Ponta Porã (MS). Em 2004, esta terra foi reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como sendo território tradicional do povo Guarani Kaiowá. A Bunge é proprietária da Usina Monteverde desde 2008. Na foto ao lado, túmulo de indígena Guarani Kaiowá, assassinado por conta do conflito agrário, cercado por uma plantação de cana.

Segundo a Oxfam, o Mato Grosso do Sul tem 51 territórios indígenas e a expansão da cana-de-açúcar mais que triplicou em sete anos, saltando de 180 mil hectares para 570 mil hectares entre 2007 e 2012. Localizados no coração da região celebrada como celeiro do agronegócio, 39 dos 79 municípios do estado possuem pelo menos uma usina de cana. A ONG Repórter Brasil, em seu relatório Em Terras Alheias, de 2012, e a Oxfam afirmam que a Bunge compra

CONT.



açúcar de cinco fazendas localizadas na TI Jatayvary: Santa Luzia, Guarida, Três Marias, El Shadai e Fazenda Dependência. A Coca-Cola teria afirmado à Oxfam que o açúcar que compra da Bunge vem de outras usinas, não de Monteverde.

Em 2010, o Ministério Público Federal, especificamente a Procuradoria da República de Mato Grosso do Sul, apelou à Usina Monteverde, operada pela Bunge, para que deixasse de comprar cana-de-açúcar de terras em processo de demarcação. No entanto, ao contrário de outros usineiros que operam na região de Dourados, a Bunge declarou que pretende continuar a comprar cana-de-açúcar produzida nas terras indígenas dos Guarani Kaiowá até o fim dos contratos, em 2014, ou até quando o processo de demarcação das terras indígenas estiver totalmente concluído.

"A cana-de-açúcar está sendo plantada dentro de uma terra que a Funai e o Ministério da Justiça já declararam que é tradicionalmente do povo Guarani Kaiowá. A Bunge deve parar imediatamente de comprar o açúcar que traz em si o sangue deste povo. Caso contrário, ela também se torna responsável pelo conjunto de violações contra os indígenas", afirma Cleber Buzatto, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Após mais de 30 anos de luta dos Guarani Kaiowá pelo reconhecimento de suas terras, em 1994, a Funai deslocou o povo para outro território em Dourados. Em 1999, a população de Jatayvary voltou a ocupar sua terra tradicional em Ponta Porã. No entanto, o retorno foi marcado por violência e conflito por parte de posseiros que tentavam permanecer na área indígena. Apenas em 2004 a Funai reconheceu a Terra Indígena Jatayvary, sendo que a publicação da portaria declaratória dando a posse permanente de 8.800 hectares aos indígenas foi feita pelo Ministério da Justiça em 25 de abril de 2011. Desde então, uma tentativa da Funai e da Polícia Federal de realizar a demarcação física do território foi impedida pelos posseiros da terra.

O outro caso que envolve fornecedores da Coca-Cola envolvidos com problemas fundiários no Brasil é o das comunidades pesqueiras no litoral sul de Pernambuco. Impedidas pela usina açucareira Trapiche de desenvolverem a atividade econômica da qual dependem para sobreviver no manguezal de Sirinhaém, elas demandam a criação de um Reserva Extrativista (Resex) na área.

"Continuaremos a acompanhar bem de perto os casos dos pescadores de Pernambuco e do povo Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, já que queremos ver mudanças positivas em relação aos direitos e bem estar das comunidades afetadas pela agricultura em larga escala", afirmou Simon Ticehurst, diretor da Oxfam no Brasil.

No documento divulgado na última quinta-feira, a Coca-Cola se compromete também a aderir à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no que se refere ao princípio de Consentimento Livre, Prévio e Informado em todas as suas operações – e a requerer que os seus fornecedores adotem o mesmo princípio. A empresa também afirmou que vai realizar estudos de impacto social, ambiental e direitos humanos nos países de onde adquire açúcar, começando por Brasil, Colômbia e Guatemala. Por enquanto, a PepsiCo e a Associated British

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Foods (ABF) – as duas outras companhias enfocadas pela campanha da Oxfam – ainda não se pronunciaram sobre os problemas apontados pelo relatório O Gosto Amargo de Açúcar. A petição da Change.org que demanda o fim do vínculo destas corporações da área de alimentos com a violação do direito à terra e conflitos agrários já recolheu quase 250 mil assinaturas em todo o mundo. Ela está disponível em: <http://www.behindthebrands.org/pt-br>



Marco temporal: o direito originário à terra tradicional ameaçado
SÍTIO CIMI, 12.11.2013

A afirmação pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de que “os artigos 231 e 232 da Constituição Federal constituem um completo estatuto jurídico da causa indígena[1]”, e a posição doutrinária de que “a relação dos índios com suas terras e o reconhecimento de seus direitos originários sobre elas nada mais fizeram do que consagrar e consolidar o indigenato, velha e tradicional instituição jurídica luso brasileira desde os tempos da Colônia[2]”, acaba por frear a ânsia insolente do agronegócio sobre os direitos das populações indígenas.

Recentemente a Corte Suprema concluiu o julgamento relacionado à terra indígena Raposa Serra do Sol, iniciado no ano de 2009, sob a relatoria do ministro Roberto Barroso. Na decisão, definiu-se pela demarcação contínua, sendo a caracterização da área como terra indígena, para os fins dos art. 20, XI, e 231, da Constituição, tornando insubsistente eventuais pretensões possessórias ou dominiais de particulares.

Em ponto fundamental da decisão sobre os Embargos de Declaração, o senador Augusto Affonso Botelho Neto teve seu recurso desprovido. O embargante suscitou que a Fazenda Guanabara deveria ser excluída da área demarcada por ser de ocupação privada desde 1918, com domínio reconhecido por sentença proferida em ação discriminatória, transitada em julgado em 1983.

Contudo, a Corte não acolheu a tese e não verificou qualquer vício. Ao contrário, a decisão destacou o caráter originário do direito dos índios, preponderante sobre quaisquer outros, assim definido no voto do Ministro Relator:

“Não verifico qualquer vício quanto ao ponto, que foi expressa e claramente examinado no acórdão embargado. Já em sua ementa, o julgado destacou o caráter originário do direito dos índios, que preponderaria sobre quaisquer outros. Observou-se, ainda, que a ‘tradicionalidade da posse nativa [...] não se perde onde, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, a reocupação apenas não ocorreu por efeito de renitente esbulho por parte de não-índios. Caso das ‘fazendas’ situadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cuja ocupação não arrefeceu nos índios sua capacidade de resistência e de afirmação da sua peculiar presença em todo o complexo geográfico da ‘Raposa Serra do Sol’”.

Ao analisar a reclamação 13769/DF de autoria do município de Amarante do Maranhão, propondo a suspensão dos estudos necessário à verificação de eventual equívoco na delimitação da terra indígena Governador, demarcada em 1982, o ministro Ricardo Lewandowski negou medida liminar, observando que a decisão referente a Reserva Raposa Serra do Sol não diz respeito a qualquer outra área indígena demarcada. Lewandowski seguiu

CONT.



decisão do ministro Carlos Ayres Britto, ao censurar o cabimento de reclamação análoga a examinada (Rcl 8.070/MS), referente à revisão dos limites da Terra Indígena Wawí.

Os Tribunais Regionais Federais tem seguido o entendimento do STF em diversos julgados, consolidando jurisprudência sobre o marco temporal da ocupação. Ao analisar recurso de pretensos proprietários da Terra Indígena Marãiwatsédé, dos Xavante do Mato Grosso, o TRF-1[3] assim decidiu:

“Pode-se até admitir a asserção de que não havia mais índios naquelas terras por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988, mas não se pode negar a verdade de que isto se deu em razão da referida expulsão, urdida maliciosamente pelos dirigentes da Agropecuária Suiá-Missu, na década de sessenta. Talvez não houvesse índios naquelas terras no ano de 1988, mas decerto que ainda havia a memória de seus antepassados, traduzida no “sentido anímico e psíquico de continuidade etnográfica”, no dizer do ministro Carlos Ayres Britto, no julgamento da Petição 3388 - Raposa Serra do Sol (RR).

Entretanto, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração da Petição 3388/RR, quando os Ministros dos STF definiram que “a decisão proferida em ação popular é desprovida de força vinculante, em sentido técnico” e que “os fundamentos adotados não se estendem, de forma automática, a outros processos que se discuta matéria similar”, o tema continua a gerar divergências.

Ao analisar o processo de demarcação da Terra Indígena Kayabi, na divisa dos estados do Mato Grosso e Pará, o ministro Luiz Fux atendeu pleito do estado de Mato Grosso, e liminarmente suspendeu o registro em cartório imobiliário da área demarcada pelo Decreto Presidencial de 24 de abril de 2013. O fundamento principal do estado é o de que as terras objeto da demarcação não eram tradicionalmente ocupadas pelos Kayabi ao tempo da promulgação da Constituição de 1988. A antecipação de tutela foi deferida na ACO 2224, a ser referendada pelo Plenário.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que atua junto aos povos indígenas do Brasil há mais de 40 anos, tem compreensão firme de que as demarcações das terras indígenas com a consequente posse dos índios é medida essencial para por fim aos conflitos, garante segurança jurídica e é medida de justiça para com as populações originárias, historicamente massacradas pelos interesses colonialistas, que se renovam e se fundem com os interesses atuais do latifúndio.

A tese do marco temporal, no contexto indígena, deve ser analisada com parcimônia, sob pena de negar o direito originário e inviabilizar as demarcações de terras indígenas por todo o país. No Mato Grosso do Sul, estado onde o conflito fundiário faz mais vítimas no país, os Guarani e Kaiowá foram retirados, durante todo o século XX, de seus territórios e lançados em oito diminutas reservas, que hoje os mantêm em confinamento, ou jogados às margens de estradas. O mesmo ocorreu no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, entre outros. Em 1988, a sanha colonizadora tinha garantido a expulsão de centenas de comunidades dos territórios tradicionais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Mesmo que retirados à força das terras tradicionais, as raízes destes povos seguem em seus territórios, hoje tomados por fazendas de gado e monocultivo. Os antepassados lá estão enterrados ou lá morreram assassinados resistindo ao esbulho das terras sagradas, como prova o Relatório Figueiredo. A tese do marco temporal não pode se transformar em injustiça contra as populações originárias ou significar a desconstrução de direitos constitucionais. Não somente os povos indígenas perdem com ele, mas também a sociedade brasileira e a própria democracia.

Com alteridade, os indígenas exigem a garantia do Estado e da Justiça para que possam ocupar, conforme direitos constitucionais conquistados, suas terras tradicionais e restituir as próprias vidas em toda pluralidade conferida a elas.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Brasília, 12 de novembro de 2013

[1] Petição 3388/RR, relator Min. Ayres Britto.

[2] (SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros, 18.^a edição, 2000, p.831).

[3] 2007.01.00.051031-1/MT

Comissão de Direitos Humanos realiza Audiência Pública para discutir ameaças contra lideranças Xakriabá
SÍTIO CIMI, 12.11.2013



A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizou nesta sexta-feira (8), na aldeia Várzea Grande, território Xakriabá, no município de Itacarambi, norte de Minas Gerais, uma audiência pública para discutir ameaças contra lideranças do povo Xakriabá. Na foto ao lado, comunidade Xakriabá muda placa de fazenda retomada.

Aproximadamente 1.500 índios Xakriabá participaram da audiência que teve como pauta o processo de demarcação das áreas reivindicadas pelos indígenas, ação que vem causando a insatisfação de políticos e do agronegócio, mentores de uma intensa ação de violência, discriminação e preconceito contra os Xakriabá.

Os estudos realizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) identificaram aproximadamente 44 mil hectares como terra tradicional Xakriabá. A área de demarcação se estende às margens do Rio São Francisco. O conflito vem se acirrando desde 2007, quando o povo Xakriabá reiniciou as ações de retomada de áreas pertencente ao seu território.

A última ação aconteceu em 1º de setembro de 2013, quando o povo Xakriabá retomou a fazenda São Judas Tadeu nas aldeias Vargem Grande e Caraíbas. A área retomada é composta por 6 mil hectares, fato que provocou reações de políticos e fazendeiros da região.

Setores contrários ao direito territorial do povo Xakriabá têm se movimentado na região com o intuito de arregimentar forças para fazer encontros anti-indígenas. O alvo destas

CONT.



campanhas é a população mais carente da zona urbana e rural, que não tem acesso às informações e acabam sendo envolvidas no conflito.

Recentemente a Associação dos Fazendeiros, localizada em Itacarambi, distribuiu um panfleto com discriminações, criminalizando os Xakriabá e incitando a violência. O comunicado chega a convocar a população para confrontar com os Xakriabá. Este movimento aconteceu no último dia 21 de setembro, sendo intitulado como 'FORA FUNAI' e contou com a presença e apoio de políticos da região.

Outros grupos anti-indígenas tentam mudar o foco do conflito transformando-o em uma disputa da política partidária. Este setor ataca políticos e aliados do povo Xakriabá e tenta esconder da sociedade a dimensão e motivação do conflito. Este grupo tenta intervir junto aos setores de segurança pública e órgãos do governo responsáveis pela defesa dos direitos indígenas. O discurso é de que toda violência é proveniente da ação dos indígenas, que são constantemente expostos como invasores, ladrões, assassinos e preguiçosos.

Na semana que antecedeu a realização da audiência pública, políticos e fazendeiros criaram um clima de terror na região, intimidando as autoridades e forçando a mudança da audiência para o município de São João das Missões (MG), tentando legitimar que o município de Itacarambi não faz parte do território Xakriabá. No entanto, os indígenas mantiveram posição firme e a Comissão de Direitos Humanos não se submeteu às pressões.

Ameaças e violação de direitos

Na presença das autoridades, as lideranças Xakriabá denunciaram várias ameaças direcionadas às lideranças indígenas e entregaram boletins de ocorrências apontando a origem das ameaças e os seus autores.

Para as lideranças indígenas "o direito de acesso às águas do Rio São Francisco é também elemento deste conflito. É uma questão de direito e sobrevivência do nosso povo, este direito já nos foi negado por várias décadas, temos certeza de que essas áreas pertencem ao nosso povo e não vamos aceitar nenhuma manobra política ou pressões que nos afastem deste espaço que para nós é sagrado". As terras às margens do rio estão sendo exploradas pelo capital causando destruição e morte do Rio São Francisco.

Denunciaram ainda os gestores do município de Itacarambi pela falta de transparência na aplicação dos recursos do Ministério da Saúde, através da Secretaria Especial de Saúde Indígena, destinados ao atendimento dos indígenas. Itacarambi recebe, desde maio de 2012, o montante de R\$ 60 mil mensais para atendimento a saúde do povo Xakriabá, que continua precária. A situação já foi denunciada ao Ministério Público Federal (MPF).

Em função das ameaças, os Xakriabá se afastaram de Itacarambi, onde utilizam agências bancárias para recebimento de salários e realizam compras. Este conflito obrigou os indígenas a controlar os limites e vias de acesso ao seu território proibindo a entrada de pessoas estranhas, mantendo vigília constante e monitorando todo o território.

CONT.



Denúncias

A presença massiva dos indígenas na audiência demonstrou a força e a importância política do povo Xakriabá na região. As denúncias apresentadas pelos Indígenas Xakriabá preocuparam as autoridades.

Representantes das comunidades quilombolas, vazanteiros, ribeirinhos e pescadores, que também estão ameaçados pela expansão do agronegócio, estiveram presentes na audiência e denunciaram o processo violento que sofrem com a violação e negação dos seus direitos, informando que os seus territórios estão invadidos e as suas lideranças e comunidades também estão ameaçadas.

As denúncias chamaram a atenção das autoridades presentes para a gravidade da situação, apontando as estratégias utilizadas pelos fazendeiros para criminalizar a luta e negar o direito territorial do povo Xakriabá. Opositores à demarcação das áreas reivindicadas pelos Xakriabá também estiveram presentes na audiência pública. Os vereadores da Comissão Especial da Câmara de Itacarambi, criada para defender os direitos dos fazendeiros, marcaram presença. A comissão é formada pelos vereadores Alberto Lopes dos Santos ou "Bertão da Telemar" (PDT), José Henrique ou "Zé de Orácio" (PDT) e Emerson Barbosa ou "Dr. Emerson" (PSC).

Participaram da audiência representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM), Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais e Articulação Vazanteiros em Movimento do Norte de Minas Gerais.

O comando do batalhão da Polícia Militar de Januária (MG) enviou representante, o delegado da Polícia Civil da Comarca de Manga (MG) e delegado regional da Polícia Civil marcaram presença, além de representante da Advocacia-Geral da União (AGU), além do padre Ricardo representando o bispo Dom José e a paróquia de São João das Missões (MG). As lideranças Xakriabá lamentaram a ausência do MPF e da Coordenação Regional da Funai de Governador Valadares (MG).

Maranhão: o ataque a Rebio Gurupi e às terras dos Awá Guajá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.11.2013

Karina Miotto, O Eco



Toras armazenadas na Rebio do Gurupi
Foto: Nelson Feitosa

A Reserva Biológica (Rebio) Gurupi, que abrange os municípios Bom jardim, Centro Novo do Maranhão e São João do Carú, faz parte do último remanescente de Amazônia no Maranhão. O lógico, portanto, seria zelar por ela, mas é o oposto ao que acontece. Apesar da categoria reserva biológica ser uma Unidade de Conservação de proteção integral e de permitir a presença humana apenas para fins científicos, a Rebio Gurupi vem sendo destruída desde que foi criada, em 1988.

Dentro de seus limites, vivem de pequenos agricultores a grileiros, grandes fazendas para criação de gado, retirada ilegal de madeira, trabalho escravo e plantação de maconha. Tudo isso, com agravantes que vão desde propostas de acabar com a reserva a graves conflitos fundiários. Por decisão judicial, ocorre também a devolução recorrente a infratores pegos em flagrante cometendo crimes ambientais de bens confiscados pela fiscalização.

Confiança na impunidade

Funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) possuem documentos que comprovam as devoluções. Eles não querem se identificar, pois alegam ser

CONT.



constantemente ameaçados. Em um dos documentos, o proprietário de uma moto e de um caminhão sem placas pede de volta judicialmente os bens apreendidos em um flagrante. Ele conduzia o caminhão dentro da Rebio em uma área desmatada e com toras de madeira.

De acordo com o instituto, "o caminhão em questão é do tipo toreiro, ou seja, sua carroceria é adaptada para o transporte de toras de madeiras. A finalidade deste tipo de caminhão é o transporte de toras. A ousadia dos infratores vai além. O mesmo senhor foi flagrado 4 semanas antes no mesmo local de extração clandestina no interior da Rebio Gurupi". Os veículos, no entanto, foram liberados por decisão judicial.

Existem mais casos. Na operação Maurítia, de setembro de 2011, uma das maiores que já aconteceram na Rebio (o total de multas aplicadas chegou a 30 milhões de reais), bens apreendidos em flagrante foram quase todos devolvidos. Estas situações demonstram que o crime é cometido sem maiores receios, em um ciclo destrutivo que, aos poucos, mina a área da Rebio e das terras indígenas ao seu redor.

De acordo com o estudo "Justiça para as Florestas: Melhoria dos Esforços da Justiça Criminal para Combater a Extração Ilegal de Madeira", do Banco Mundial, a probabilidade de um madeireiro ilegal ser penalizado no Brasil é menor que 0,08%. E o resultado da impunidade, no caso da Rebio, pode ser visto em imagens de satélite e em dados como os divulgados pelo Imazon. De acordo com o instituto, a Rebio Gurupi está entre as 10 unidades de conservação com maior perda absoluta de floresta original entre 2009 e 2011.

	NOME DA AP	ESTADO	GESTÃO	ÁREA DA AP (KM²)	TAXA DE DESMATAMENTO (KM²/ANO)
1	Flona do Jamanxim	PA	Federal	13.044,8	43
2	Florex Rio Preto-Jacundá	RO	Estadual	6.830,5	35
3	TI Awá	MA	Federal	1.153,5	30
4	TI Alto Rio Guamá	PA	Federal	2.857,7	21
5	TI Cachoeira Seca do Iriri	PA	Federal	7.353,8	21
6	TI Apyterewa	PA	Federal	7.741,9	18
7	Rebio do Gurupi	MA	Federal	2.706,9	15
8	TI Marãiwatsede	MT	Federal	1.667,5	13
9	Resex Verde para Sempre	PA	Federal	12.940,9	10
10	Flota do Amapá	AP	Estadual	23.432,2	9

Ranking das dez APs com maior média de perda absoluta de floresta original entre 2009 e 2011.

Pressões políticas – do Maranhão a Brasília

Marlúcia Bonifácio Martins, pesquisadora do Museu Emílio Goeldi, de Belém, empenhada na defesa da reserva, explica que a Aprovale – uma associação encabeçada por fazendeiros e que faz parte do conselho consultivo da Rebio –, propôs a redução da reserva de 341.650 hectares

CONT.



para 60 mil. "Ela viraria um corredor, o que viria com a alteração da categoria de unidade de conservação de Rebio para Resex, onde a presença humana é permitida e com atividades de subsistência, como criação de gado e agricultura", diz Marlúcia.

Conflitos pela terra geram tensão por todos os lados. Evane Alves Lisboa, gestor da Rebio, explica que a regularização fundiária e a fiscalização estão entre os maiores desafios do momento. Ele diz que "tem muita gente morando lá dentro. São 2 assentamentos – um do Incra e outro do Instituto de Terras do Maranhão – e 5 povoados, além de grandes fazendeiros – a maioria para tirar madeira e criar gado".

Edson Nunes Pereira, presidente da Aprovale, defende a necessidade de um levantamento fundiário e a readequação dos limites da reserva. "O governo está querendo nos 'dá' o calote da terra fazendo uso da psicose ambientalista para nos expulsar em nome do meio ambiente, afim de defender o subsolo da região Gurupi para a Vale e outras mineradoras que esperam explorar muito em breve a região", diz. De acordo com ele, a redução da Rebio é "questão de justiça social".

A pressão também vem de Brasília. Em junho deste ano, o deputado Weverton Rocha (PDT/MA) apresentou um Projeto de Decreto Legislativo que "susta os efeitos do Decreto nº 95.614 de 12 de janeiro de 1988, que cria a Reserva Biológica do Gurupi e dá outras providências". Se virar lei, a Rebio deixará de existir. "Não temos a intenção de acabar com a Rebio Gurupi.

Nosso objetivo com o pedido de extinção do decreto foi chamar a atenção para o grave problema instalado na região. Sabemos que a biodiversidade do Alto do Gurupi é importantíssima, mas, no momento de criação da Rebio, não fizeram o levantamento da área corretamente", afirma o deputado.

Além deste decreto, também em 2013, Weverton apresentou requerimento em 24 de abril para "apurar denúncias sobre a desapropriação irregular, sem indenização e com uso de violência, de proprietários rurais no entorno e dentro da Unidade de Conservação Rebio Gurupi" e, em junho deste ano, pediu uma audiência pública para "discutir a demarcação, homologação e ampliação de terras indígenas no Estado do Maranhão com ênfase nas Terras Indígenas Governador e Awá-Guajá".

Awá Guajá ameaçados

Existem cerca de 400 Awá Guajá nos remanescentes de Amazônia no Maranhão. A Terra Indígena que ocupam já foi demarcada e homologada. Devido a uma determinação judicial, até o final deste ano, todos os que ocupam a TI deverão sair de lá. Há anos os Awá têm sido cada vez mais acudados por invasões de suas terras para atividades ilegais. Devido às invasões, a Terra Indígena já perdeu mais de 30% de sua área. Entre 2000 e 2009, cerca de 36 mil hectares foram desmatados. Conforme dados do Greenpeace na publicação "Carvoaria Amazônia", centenas de grileiros já se estabeleceram no território Awá Guajá e abriram uma rede de estradas para permitir a passagem de caminhões.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

A subsistência deles está na caça e na coleta. Sem a floresta, correm o risco de desaparecer. "Ao ficarem tão aferrados, tão vinculados à terra, esses índios estão na verdade prestando um serviço ambiental a todos os brasileiros. Nós precisamos da floresta também, nós precisamos que eles estejam lá. Precisamos que eles sobrevivam", afirma a jornalista Miriam Leitão em um dos vídeos que fez depois de sua visita à TI. De acordo com a organização Survival International, os Awá Guajá estão entre os povos mais ameaçados do mundo.

Clique [aqui](#) para ver imagens dos Awá, feitas por Sebastião Salgado.

Esperança na lei

Diante de tantas ameaças, a esperança para a Rebio Gurupi e para as terras indígenas ao seu redor, especialmente a TI Awá Guajá, parece residir em algo muito simples: o cumprimento da lei. Nas palavras de Marlúcia, "tudo o que pedimos é que a lei seja cumprida. Aí sim, a chance de conservarmos a Amazônia do Maranhão poderá ser 100%". Resta a pergunta, tão inevitável quanto óbvia: o que o poder público está esperando para resolver estes problemas?

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Índios em conflito adiam protesto para recepção a médicas cubanas

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 12.11.2013

Os índios tupinambás do distrito de Olivença, pertencente ao município de Ilhéus, no sul da Bahia, que estão em conflito com fazendeiros locais por terras, adiaram os protestos pelo assassinato de três indígenas, ocorrido na última sexta-feira (8/11). O motivo do adiamento foi a chegada, na última segunda-feira (11), de duas médicas cubanas enviadas pelo programa "Mais Médicos" na comunidade.

O objetivo dos índios era fechar uma rodovia estadual, na segunda, mas eles substituíram o ato por uma recepção às médicas, que receberam um prato de pitangas de presente. "Como a chegada delas é muito bem-vinda, decidimos adiar a manifestação para recepcioná-las e dar boas-vindas", explicou o cacique Val Tupinambá ao jornal A Tarde.

As profissionais de saúde vão integrar a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Elas contaram que já têm conhecimento dos conflitos de terra na região e que não devem interferir na questão.

"Estamos sabendo dos conflitos, mas não vamos interferir. Viemos para atuar na saúde e melhorar as condições da população indígena", afirmou Ana Ofélia, uma das médicas cubanas.

O conflito

A área em disputa pelos índios é de 47 mil hectares e, além de Ilhéus, abrange também os municípios de Una e Buerarema. Um estudo feito pela Funai (Fundação Nacional do Índio), há 18 anos, apontou que o local é originalmente ocupado por famílias indígenas, no entanto, existem pelo menos 600 propriedades rurais na área, hoje.

Em setembro, a Força de Segurança Nacional chegou a ser enviada para intervir nos conflitos. No entanto, as intervenções não deram conta de evitar as mortes de cinco tupinambás e um pataxó, que ocorreram nos últimos meses.

Os crimes contradizem o efeito da "mesa de diálogo", proposta pelo Ministério da Justiça, na tentativa de apaziguar o clima de tensão no local. No último dia 25, o ministro José Eduardo Cardozo intermediou uma reunião entre os índios e os fazendeiros, se comprometendo a elaborar um plano de segurança para a região.

Da Redação

*Com jornal A Tarde



MPF/SC acompanha perícia na Barragem Norte na região de José Boiteux
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.11.2013

Objetivo é definir demarcação dos limites entre área indígena e área de segurança da construção

Procuradoria da República em SC

O Ministério Público Federal em Santa Catarina acompanhará na próxima quarta-feira, 13 de novembro, juntamente com representantes da Superintendência do Patrimônio da União, da Funai e do Deinfra a perícia para resolver o impasse sobre a demarcação dos limites entre a área de segurança da Barragem Norte e a Terra Indígena Ibirama – La Klãnõ.

Os indígenas reivindicam o direito de uso de 724,56 hectares. O terreno é parte do Convênio 29/1981, firmado entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), e aguarda regularização fundiária há mais de 30 anos. O Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), que responde pela operação e manutenção da barragem, alega que a parte reclamada pelos moradores da aldeia corresponde à área de segurança.

Inaugurada em 1992, a Barragem Norte começou a ser construída na década de 70 para controlar as cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu. Desde então, é alvo de questionamentos judiciais e ações do MPF para garantir os direitos dos indígenas e preservar o patrimônio público.

Aty Guasu: Agora é oficial! Reintegração de Yvy Katu não será cumprida nos próximos dias. A pedido do MPF, juíza concedeu mais 10 dias
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.11.2013



Aty Guasu

Veja decisão:

Diante do noticiado às fls. 165/166 pelo Ministério Público Federal, defiro a dilação de prazo para desocupação, fixando como prazo para cumprimento da decisão de fls. 122/125 o prazo de dez dias, passando a mesma a assim dispor: "defiro liminarmente a reintegração de posse da parte autora e determino aos requeridos, notadamente a comunidade indígena ocupante do local, que procedam à desocupação da área invadida correspondente à "Fazenda Chaparral", no município de Japorã/MS, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Mundo Novo/MS sob os ns. 4417 e 4188, no prazo de dez dias, sob pena de retomada forçada. Havendo resistência ao cumprimento desta decisão, autorizo o uso da força pública". Ciência ao Ministério Público Federal. Cumpra-se, com urgência.

Aty Guasu Guarani e Kaiowá agradece à associação científica brasileira, ao mesmo tempo que socializa ofício da ABA, ANPOCS e ABET enviado à presidenta Dilma Roussef

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.11.2013



Brasília, 12 de novembro de 2013.
Ofício nº 031/2013/ABA/PRES
Exma. Sra. Dilma Vana Rousseff
Presidente da República Federativa do Brasil
Excelentíssima Presidente,

Nos últimos anos, é com apreensão crescente que acompanhamos a situação dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, e particularmente dos Kaiowá e Guarani.

Após a trágica morte do professor terena, Oziel Gabriel, em maio deste ano, vimos a formação de uma mesa de negociações, mediada pelo Conselho Nacional de Justiça e com participação de integrantes do Governo Federal. Agora, vemo-nos novamente preocupados com o desenrolar dos fatos em MS.

Depois de as negociações na mesa emperrarem, as comunidades indígenas veem-se instadas a voltar a realizar ocupações nas terras que reivindicam como suas por direito. Diversas dessas ações voltaram a ocorrer desde agosto, demonstrando a urgência de que o governo multiplique seus esforços na busca de uma saída negociada para os conflitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Agora, soa o alarme. Após decisão judicial, a Polícia Federal lançou ontem um ultimato ameaçador para os Guarani da Terra Indígena Yvy Katu, anunciando que a ordem de reintegração de posse será cumprida.

Os Guarani anunciam que vão resistir como pudemos ler em seus textos enviados para as redes sociais. Está nas suas mãos, presidenta, o poder de evitar uma nova tragédia. É por isso que apelamos para que, o mais rápido possível:

- 1 – ordene a Polícia Federal que não faça a reintegração de posse enquanto não houver diálogo e acordo com os indígenas;
- 2 – envie uma missão da ouvidoria agrária nacional, convidando Ministério Público Federal e o Conselho Nacional de Justiça, para garantir esse diálogo e chegar a um acordo;
- 3 – assine a homologação de Yvy Katu e garanta os recursos para indenizar os fazendeiros, conforme o Ministério Público Federal já solicitou.

País rico é país justo, Presidenta. Não deixe que a imagem do Brasil seja manchada por mais uma tragédia.

Na expectativa de contar com vossa atenção, subscrevemo-nos.

Carmen Rial
Presidente Associação Brasileira de Antropologia
Associação Brasileira de Etnomusicologia – ABET
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS



Grande Assembleia do Povo Terena começa amanhã, 13 de novembro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.11.2013

De 13 a 16 de novembro acontece a Hánaiti ho' Únevo Têrenoe (Grande Assembleia do Povo Terena) na Aldeia Cabeceira, município de Nioaque, em Mato Grosso do Sul. Durante o encontro, representantes de diferentes etnias vão discutir temas essenciais aos direitos dos povos indígenas, como questão fundiária, segurança, saúde e educação.

Estarão presentes lideranças indígenas do estado, o procurador da República Emerson Kalif (MPF/MS), representantes da presidência da FUNAI, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Secretaria de Articulação Social da Presidência da República, da equipe técnica federal dos direitos humanos, do representante indígena do Conselho Nacional de Educação no MEC, das Secretarias Estadual e Municipais de Educação, do representante dos Povos do Pantanal no MEC e do representante Guarani Kaiowá no MEC.

A realização é do Conselho do Povo Terena com apoio do Conselho Aty Guasu, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco (NEPPI/UCDB), Rede de Saberes, deputado Pedro Kemp e FUNAI.

PROGRAMAÇÃO

Dia 13 – Quarta-feira

17:00 hs – Chegada

19:00 hs – Abertura e noite Cultural:

Mesa das lideranças indígenas

Momento de reza tradicional

Dança Kohixoti Kipáe (Dança da Ema)

Dança Siputrema

Vídeos –Imagens da luta do movimento indígena (Resistência Terena)

(cada comunidade deve preparar uma apresentação cultural uma dança, uma música)

Dia 14 – Quinta-feira: TEMA – Análise da luta do Povo Terena: desafios e perspectivas

7 hs – Café da manhã

8 hs – Questão Fundiária – conjuntura nacional da luta dos povos indígenas

Portaria AGU 303, PLP 227 e PEC 215

Projeto de Lei 1.610/96 – Mineração em terras indígenas

Ministério Público Federal – MPF – Procurador da República Dr. Emerson Kalif

Situação das terras do Povo Terena, Kadiwéu, Kinikinau e Ofaié

Presidência da FUNAI

Situação das terras Guarani e Kaiowá – Conselho Aty Guasu

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

APIB

CIMI

A política indigenista e Convenção 169 OIT

Secretaria de Articulação Social da Presidência da República

Questão da segurança nas aldeias

Equipe técnica federal dos direitos humanos

19:00 hs Janta

20:00 hs – Apresentação Cultural Guarani/Kaiowá



Dia 15 – Sexta-feira: TEMA –

Educação escolar indígena

7:00 hs – Café da manhã

8:00 hs – Educação escolar indígena

Representante indígena do Conselho Nacional de Educação no MEC

Educação Superior Indígena (acadêmicos indígenas / Prolind-UFMS / Bolsa universitária);

Secretaria Estadual de Educação
Secretarias municipais de educação

Representante dos Povos do Pantanal no MEC

Representante Guarani Kaiowá no MEC

Dia 15 – Sábado: Encaminhamentos finais

7:00 hs – Café da manhã

CNPI

Conselho dos Povos indígenas e sua organização

Questão Política

Documento Final

Realização:

HÁNAITI HO' ÚNEVO TÊRENOE

CONSELHO DO POVO TERENA

Apoio:

Conselho Aty Guasu

CIMI

NEPPI/UCDB

Rede de Saberes/UCDB

Dep. Pedro Kemp

FUNAI

"Os índios estão com muita raiva do chefe do povo branco do Acre", diz antropólogo Terri

SÍTIO CONTIL NET NOTÍCIAS, 12.11.2013

"A realidade é que estão jogando dinheiro fora", disse Terri.



Antropólogo Terri Aquino
Foto: Blog do Altino Machado

O antropólogo Terri Vale de Aquino, 67 anos, criticou duramente o governo do Acre por captar, em nome dos povos indígenas, milhões de dólares em financiamentos junto ao Banco Mundial e BNDES e não repassá-los corretamente em benefício das comunidades. Na semana passada, lideranças indígenas pediram ao Ministério Público Federal para interceder junto ao governo estadual para que haja diálogo contra a situação de abandono em que se encontram.

- A realidade é que estão jogando dinheiro fora. É o que estou vendo no Acre. Existe dinheiro pedido pelo

governo do Acre em nome dos índios ao BNDES e ao Banco Mundial que não está sendo bem aplicado – critica, assinalando que verbas são pulverizadas dentro da estrutura burocrática do governo estadual de forma “pouco zelosa”.

Mais conhecido como Txai Terri Aquino, o antropólogo atua nas florestas do Acre há 35 anos. O Acre que se conhece não seria o mesmo sem a perseverança dele em lutar para que 15% dos 164.123,040 km² do território estadual estejam assegurados como florestas pertencentes aos indígenas.

- Os índios estão com muita raiva do chefe do governo do povo branco do Acre. A insatisfação está concentrada no governo Tião Viana – disse o antropólogo.

Pai de oito filhos, sendo quatro indígenas, Txai Terri Aquino é respeitado pelo que fez até aqui por 16 etnias e uma população estimada em 20 mil indígenas no Estado.

Ele disse que “existe muita propaganda enganosa no ar” por parte do governo estadual, que se aproveita de muita coisa que já não continua mais sendo feita em benefício dos indígenas. Segundo o antropólogo, o governado de Jorge Viana, atualmente senador, apontou os rumos, abraçou os índios e os fez sentir orgulho de sua cultura.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

- O que temos agora é um abandono e esse abandono está sendo criticado pelo Jorge Viana, irmão do governador. Os índios estão confirmando que realmente existe um abandono. Um índio me disse que quando Tião Viana sobrevoa a floresta de helicóptero não vê a floresta, mas o subsolo. Ele olha para a floresta e vê barris de petróleo, bujão de gás.

É dessa maneira que este governo está tratando a floresta. Acho que o governo, se for inteligente, vai chamar os índios para conversar. Os índios querem diálogo com o governo, mas não querem diálogo mentiroso.

[Veja os melhores trechos da entrevista exclusiva de Terri Vale de Aquino](#)

Comissão da Verdade apura crimes contra índios de MS

SÍTIO O PROGRESSO, 13.11.2013

Relatório nacional fica pronto em junho e faz revelações do período da ditadura; violações de direitos vão de expulsões a raptos de crianças indígenas



Psicanalista Maria Rita Kehl, que atuou em jornais alternativos durante ditadura, esteve em Dourados (Foto : Divulgação)

Valéria Araújo
Do Proghresso

A Comissão Nacional da Verdade está apurando crimes cometidos contra a comunidade indígena de Dourados durante o período de ditadura (1946 e 1988). As revelações sobre a atuação de agentes do Estado e colonizadores para violar direitos indígenas estarão publicadas no Relatório de Figueiredo em junho do ano que vem.

No último dia 10 a equipe, liderada pela psicanalista de renome nacional Maria Rita Kehl, esteve nos acampamentos Apy Kay e Taquarapy (ambos entre Dourados e Ponta Porã) ouvindo denúncias dos guaranis.

De acordo com o professor de História Indígena, Neimar Machado de Sousa, da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), os índios relatam verdadeiras atrocidades entre 46 e 88 . "São casos de violação dos Direitos Humanos, pressão para deixarem as terras, ameaças de morte, expulsão e rapto de crianças indígena.

CONT.



Há relatos de que o índio que não saiu da terra, já que resistiu à expulsão, foi colocado pelo colonizador para trabalhar na fazenda em troca de comida, o que caracteriza trabalho escravo”, destaca o professor.

Segundo Neimar, com as informações coletadas e uma pesquisa histórica de mais de nove mil páginas, a Comissão vai apurar as denúncias. Apesar de não ser a intenção da pesquisa, estas informações servirão de base, inclusive, para novos estudos que poderão detectar se a área pertence à comunidade indígena de fato.

“Também vai constar nesse relatório o resultado da CPI que foi realizada em 1963, proposta pelo então senador Heitor Medeiros para apurar denúncias de que empresas, colonizadores e Estado estariam naquela época comercializando áreas indígenas em Mato Grosso do Sul. As áreas investigadas estão concentradas em Sidrolândia, Pantanal e Bodoquena”, relata o professor.

Ainda segundo Neimar, este documento será de domínio público e ficará guardado na Biblioteca Nacional. A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em 2012 pela presidente Dilma Rousseff e tem por objetivo apurar e documentar casos de violação de direitos humanos ocorridos no país entre 1946 e 1988 – a maioria desses casos está relacionada ao período da ditadura militar.

Despejo

Outro fator que vem repercutindo no País é a ordem de despejo dos índios que compõe a aldeia YvyKat, na fazenda Chapahall, em Japorã, já que a justiça decidiu pela reintegração de posse. A fazenda é uma das 14 ocupadas pela comunidade. A Procuradoria Federal Especializada recorreu da decisão na última segunda-feira e os índios permanecem no local.

29 anos

De acordo com a Fundação Nacional do Índio, a comunidade indígena aguarda por 29 anos a demarcação de terras da aldeia Yvy Katu, em Japorã. Segundo a Funai, o processo foi interrompido sucessivas vezes por recursos judiciais.

Em junho de 2005, o Ministério da Justiça, através da Portaria nº 1289, declarou 9.494 hectares de posse permanente de 314 indígenas faltando apenas a homologação da Presidência da República. Mas o caminho até a homologação se arrasta até hoje devido às intervenções jurídicas. A comunidade teria sido expulsa das terras em Japorã em 1928.



Concurso da PM convoca candidatos negros e índios para entrevista

SÍTIO REGIÃO NEWS, 13.11.2013

Não haverá segunda chamada e nem realização da entrevista fora da data, horário e local estabelecidos no edital.

Publicado no Diário Oficial do Estado de hoje (13) a convocação para a entrevista dos candidatos declarados negros e índios, aprovados na prova escrita objetiva do concurso da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.

Segundo a publicação os candidatos deverão comparecer com 30 minutos de antecedência no dia 28 de novembro, às 8 horas, na Academia de Polícia Civil (Acadepol), localizada na rua Osmar de Camargo, s/n, bloco XV, no Parque dos Poderes.

Os candidatos negros deverão estar munidos do documento de identificação e cópia da certidão de nascimento. E a declaração firmada pelo candidato no momento da sua inscrição será confrontada pelo seu fenótipo.

Já os indígenas deverão apresentar a cédula oficial de identidade expedida pela Secretaria de Segurança com registro da etnia indígena, ou o Registro Administrativo de Nascimento de Índio (Rani) original expedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ou certidão de nascimento constando a etnia indígena.

Não haverá segunda chamada e nem realização da entrevista fora da data, horário e local estabelecidos no edital. Confira a relação completa dos candidatos convocados nas páginas 10, 11 e 12 do Diário de hoje.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Disputa por terras entre índios e produtores preocupa Deputado Sperafico

SÍTIO RÁDIO ATLÂNTIDA FM, 13.11.2013

O Deputado Federal Dilceu Sperafico, um dos líderes da bancada ruralista no Congresso Nacional aumentou a sua preocupação quanto ao risco de um embate ainda mais violento se o governo não apresentar uma solução para a questão fundiária.

O Mato Grosso do Sul tem sido palco de conflitos entre índios e produtores rurais que disputam territórios considerados pela Fundação Nacional do Índio como reserva indígena.

Produtores garantem ter documentos que comprovam a posse da terra e se recusam a deixar fazendas que foram invadidas pelos índios.

O parlamentar critica o governo pela omissão na questão que se arrasta há tempos.

Os Deputados preocupados com a questão convidaram a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, para participar de um debate, mas ela justificou a ausência informando que tinha outros compromissos agendados.

Na semana anterior, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi convidado para outra audiência sobre o mesmo assunto e também não compareceu.

As críticas foram endossadas por todos os parlamentares que participam do colegiado.

Para o Deputado Federal Dilceu Sperafico, a própria FUNAI deveria ser investigada.

Sperafico acrescenta que a situação necessita de uma intervenção imediata do Governo Federal, caso contrário algo ainda mais grave poderá ocorrer.

Gravação.

(Rádio Educadora/Assessoria)

Depois de ler reportagem, índios identificam jovem desaparecido

SÍTIO JORNAL O DIÁRIO, 13.11.2013

Jovem estava desaparecido há 13 dias e foi encontrado em uma aldeia indígena



Foto: Divulgação

Redação: Jaqueline Hatamoto

Após 13 dias, chegou ao fim a busca pelo adolescente de 15 anos, Gabriel Felipe de Jesus Reis Cruz, que estava desaparecido desde o dia 30 de outubro. A forma com que o garoto foi encontrado é que chamou atenção.

De acordo com o delegado Rodrigo Azem Buchdid, o garoto foi encontrado em uma aldeia indígena próxima a cidade de Primavera do Leste, e a polícia foi informada pelos próprios índios, que leram a reportagem do desaparecimento do jovem no "Jornal O Diário".

"Ele chegou na aldeia dizendo que não tinha pai nem mãe e os índios deixaram ele ficar, mas após verem a matéria no jornal, ligaram para a Polícia Civil informando o paradeiro do adolescente." - disse o delegado, que ressaltou que o jovem alegou que havia saído de casa, pois não aguentava mais a mãe brigando com ele.

Mas que mesmo assim ele foi encaminhado para realização de exames. "Eu solicitei a realização de exames para saber se ele sofreu algum tipo de lesão física, só para tirar dúvidas mesmo, caso ele esteja mentindo ou com medo."



PF VAI APURAR MORTE DE ÍNDIOS EM ILHÉUS

SÍTIO ILHÉUS 24H, 13.11.2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Ilhéus requisitou à Polícia Federal investigações acerca da chacina de três índios da comunidade Tupinambá de Olivença, ocorrida na noite da última sexta-feira, 8 de novembro, na localidade conhecida como "Mamão", no sul da Bahia (lembre [aqui](#) os crimes).

De acordo com os procuradores da República Ovídio Augusto Amoedo Machado e Tiago Modesto Rabelo, as informações coletadas revelam que os três índios foram emboscados por três homens armados que estavam em duas motocicletas, e foram mortos por disparos de armas de fogo.

Em função dos fatos noticiados, o MPF determinou a instauração de inquérito policial com o objetivo de apurar o caso, o qual deve contar com o auxílio da Fundação Nacional do Índio (Funai).

No último sábado, um dia após as mortes, a polícia militar prendeu Lindomar Araújo Nascimento, apontado como mandante dos crimes. As autoridades, no entanto, ainda desconhecem a motivação.

Laboratório indígena: A experiência de dez anos de convênio entre a Universidade de Brasília e a Funai

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2013



Por Paula Scarpin, em Revista Piauí

Lindalva entrou cabisbaixa no laboratório de anatomia, e saiu de lá com um sorriso vitorioso uma hora depois. "A professora falou que eu sou dez", disse, guardando o jaleco na mochila a caminho do ponto de ônibus. Nas aulas práticas de medicina na Universidade de Brasília, os alunos são divididos em duplas para dissecar partes de um cadáver. Lindalva deu azar: seu par, "um menino branquinho, barbudinho", não permitiu que ela tocasse na peça nas três primeiras aulas.

"Ele dizia que eu ia cortar errado, estragar." Ela recorreu então à professora, e pediu vinte minutos para manusear sozinha a parte que cabia à dupla. "Eu achei o plexo cervical, braquial, artéria, em menos tempo até do que tinham pedido." O pai de Lindalva era caçador na aldeia tikuna em que viviam, a mais de mil quilômetros de Manaus, e ela estava acostumada a preparar carne de macaco para os guisados. "As estruturas anatômicas são muito parecidas", explicou.

Aos 35 anos, Lindalva Felix Zaguri saiu pela primeira vez do Amazonas diretamente para a UnB, no ano passado. Alfabetizada em português só aos 20 anos, tendo cursado um supletivo que deixava de fora disciplinas como química e física, e trabalhando em período integral para sustentar os dois filhos sozinha, ela dificilmente seria aprovada no disputado vestibular da

CONT.



universidade – ainda mais para o curso de medicina, cuja relação candidato/vaga ultrapassa 134. Foi selecionada por um convênio da UnB com a Fundação Nacional do Índio, Funai, que escolhia anualmente alunos indígenas de todo o Brasil para cursarem a graduação junto com os mais de 4 mil selecionados pelo vestibular.

Em fevereiro, o convênio chega ao fim dos dez anos previstos. Segundo a UnB e a Funai, ele será renovado, coexistindo com a Lei de Cotas que a partir de 2014 deverá ser implementada em todas as universidades federais (a lei inclui alunos indígenas, mas em proporção equivalente à presença desse grupo nos estados). Antes da renovação, porém, a experiência será avaliada por uma comissão, que vai sugerir medidas para aprimorá-la.

O professor de antropologia José Jorge de Carvalho foi um dos propulsores do convênio. Numa tarde recente, ele contou que a discussão inicial na UnB girava em torno de cotas apenas para estudantes negros. Em dezembro de 1999, uma reunião aberta sobre o tema foi divulgada no jornal *Correio Braziliense*, e atraiu lideranças indígenas que reivindicavam participação. “Aí é que eu fui descobrir que já havia um acordo antigo entre a Funai e a UnB, uma brecha administrativa que permitia que o processo fosse muito mais fácil de aplicar.”

Diferentemente do programa da UnB para alunos negros, que utiliza parte das vagas já disponíveis, para os indígenas foram criadas vagas sobressalentes. Foi definido que a Funai faria a seleção junto com os líderes das aldeias e daria uma bolsa-auxílio para os escolhidos no valor de 900 reais – generosa para alunos de graduação, considerando as agências de fomento nacionais. Como o convênio previa que os alunos deveriam exercer as profissões nas aldeias no final do curso, as vagas não eram solicitadas a partir de vocações individuais, mas de necessidades locais. Na prática, a grande maioria foi para a área da saúde, com algum destaque para outros cursos afins à vida na floresta, como engenharia ambiental.

Entretanto, de 110 indígenas que ingressaram nos dez anos do convênio, apenas sete concluíram o curso. Em medicina, foi apenas um, que ainda faz residência médica numa cidade-satélite de Brasília. Setenta e três continuam matriculados.

Pelo acordo, cabia à UnB o apoio acadêmico aos alunos. Em seu apartamento na Asa Sul, Aparecida Miranda Cunha contou como, da noite para o dia, se viu incumbida dessa responsabilidade. A psicóloga, recém-aposentada, era coordenadora do Serviço de Orientação ao Universitário, o SOU. “O reitor nos chamou no gabinete e anunciou que deveríamos acolhê-los, mas não tínhamos nenhum preparo”, disse. Ela e três colegas convocavam reuniões para orientar desde como pegar ônibus em Brasília até sobre o funcionamento da biblioteca.

Na prática, o apoio da Funai se resumia à bolsa, que deveria bastar para gastos de moradia, transporte, alimentação e material escolar. Mas um apartamento de um quarto no Plano Piloto não é alugado por menos de mil reais, e a praxe na cidade é a demanda por dois fiadores no contrato. Sem orientação, os alunos tinham dificuldade para gerir os gastos, e Aparecida soube de alguns deles que dormiam em abrigos de sem-teto ou na rua. “Principalmente os que se comprometiam a enviar uma parte da bolsa para a família. Muitos deles têm filhos cedo, largaram o emprego para vir estudar e precisavam contribuir”, disse.

CONT.



Lindalva Zaguri não foi a única que, ao chegar a Brasília, seguiu direto para a sede da Funai – mas não recebeu qualquer apoio ali. “A sorte foi que encontrei um parente, que falou de um lugar para morar”, contou. Tratava-se de uma ocupação de indígenas e outros sem-teto em um escritório desativado do metrô, perto do zoológico, a quarenta minutos de ônibus da UnB. Com uma reforma, o imóvel abandonado daria um sítiozinho confortável. A cozinha e os quartos são bem pequenos, mas há uma sala grande, que os indígenas decoraram com artesanatos de várias etnias.

Ao entrar na UnB, Lindalva não hesitou em pedir demissão do trabalho como auxiliar de odontologia em Manaus, em que ganhava 1 700 reais, e deixou os filhos aos cuidados de uma prima. Deixou com ela também o cartão com o qual recebia o auxílio de 900 reais da Funai, e seguiu para a capital apenas com o cartão do Bolsa Família, no valor de 134 reais mensais. Logo que chegou, um problema com os filhos a obrigou a trancar a matrícula. Ela está terminando agora o primeiro ano do curso, e complementa a renda com o artesanato que faz nas horas livres.

Segundo Aparecida Cunha, os professores não receberam qualquer aviso da reitoria sobre a nova política. “Nós é que mandamos para os coordenadores de cursos uma cartinha contando; alguns ligavam irritados.” Os professores reclamavam que a medida não havia sido discutida e preparada com o corpo docente, e que, dessa forma, os alunos indígenas não conseguiriam acompanhar as aulas.

O professor da Faculdade de Biologia Umberto Euzébio contou que só soube do programa três anos depois de sua implantação. Ele acabou assumindo, em 2011, o então recém-criado cargo de coordenador acadêmico dos Estudantes Indígenas. No papel, ficaria responsável por fazer a mediação entre os estudantes e a burocracia da universidade, mas não demorou a estabelecer uma relação quase paternal com eles.

Enquanto conversávamos num corredor da faculdade, o professor foi abordado diversas vezes por alunos indígenas: uma pedia orientação para trancamento por problema de saúde, outro relatava que um colega viciou-se em crack e estava vendendo móveis para pagar o tráfico, outra só queria contar que tinha ido bem numa prova. “É o tempo inteiro assim, mas eu tento orientar sem me intrometer, para que eles aprendam a caminhar com as próprias pernas”, disse.

Uma das sugestões de Euzébio foi a de que os estudantes se organizassem num centro acadêmico. Tanielson Rodrigues, aluno de engenharia florestal, é hoje um dos líderes do Cain, o Centro Acadêmico Indígena. Todos o conhecem como Poran Potiguara – ele prefere ser chamado pelo nome indígena e, como é usual, adotou sua etnia como sobrenome.

Poran nasceu há 23 anos numa aldeia no litoral norte da Paraíba, onde estudou em um colégio indígena. Além do currículo padrão, a escola oferecia disciplinas como história do povo potiguara e língua tupi. “Mas eu fui alfabetizado em português. Nenhum povo do litoral sobreviveu falando a língua original”, explicou, no apartamento que divide com outros três colegas de etnias e cursos diferentes. Poran acredita que os indígenas veteranos da UnB têm o

CONT.



papel de lutar por melhorias, "para que os mais novos não precisem passar pelas mesmas dificuldades".

No final de 2010, ele e outros dezesseis colegas receberam uma carta da Funai comunicando a suspensão da bolsa. Alguns estudantes, como é o caso de Poran, matricularam-se em poucas matérias para conseguir tirar boas notas. A Funai percebeu que eles não teriam condições de concluir o curso no tempo esperado. "É comum que os alunos peguem menos créditos num semestre de disciplinas mais puxadas. Tanto que nenhum foi desligado da UnB. Só perderam a bolsa", disse Poran.

Sem o auxílio, nove estudantes desistiram do curso, dois conseguiram reverter a decisão da Funai, e outros sete decidiram continuar assim mesmo, como Poran. Ele dormiu de favor na casa de uma amiga nos primeiros meses, e depois conseguiu ser enquadrado na categoria de aluno "vulnerável" da UnB – o que lhe garante uma bolsa de 460 reais e uma vaga na moradia estudantil da universidade.

Em maio deste ano, Poran Potiguara e outros trinta colegas ocuparam a sede da Funai em Brasília. A bolsa dos indígenas atrasou por dois meses consecutivos, e um grupo de sete calouros tikunas foi despejado do apartamento que dividiam por não ter pago o aluguel. Os ocupantes foram recebidos pela então diretora e hoje presidente da Funai, Maria Augusta Assirati.

Numa tarde recente, na sede do órgão, Maria Augusta não hesitou em dar razão aos estudantes. "Muitas vezes as políticas públicas, no afã de ajudar, são feitas sem muita reflexão", afirmou. Ela acredita que na próxima etapa do convênio, quando as bolsas para alunos indígenas – tanto na UnB quanto em outras universidades federais – sairão do orçamento de um programa recém-criado pelo MEC, a Funai deve assumir a adaptação desses alunos. "Hoje eu vejo com mais clareza que é um choque cultural muito grande, que precisamos repensar o acolhimento e a avaliação para a manutenção das bolsas, que não tem levado em conta as especificidades dos indígenas."

As falhas na implantação do convênio acabaram aumentando a resistência de parte do corpo docente. "Por que Harvard não aceita qualquer um?", perguntou Marcelo Hermes, professor de bioquímica no curso de medicina, em seu apartamento funcional no campus. "Para manter o nível de ensino", respondeu ele mesmo. "O papel da universidade é colocar profissionais qualificados no mercado. Ponto. Essas exceções afundam a universidade."

Hermes, um dos mais veementes opositores das cotas na UnB, disse que o programa é prejudicial para ambos os lados. "Você está ocupando vagas que deveriam ser de pessoas capazes, e é frustrante para os índios, porque eles desperdiçam anos da vida tentando fazer algo de que não têm capacidade", disse. Em seguida, imitou uma voz infantil: "Ah, eu quero ser astronauta. Funai, consegue uma vaga na Nasa, eu quero."

O antropólogo José Jorge de Carvalho disse que muitos professores se gabam de não fazer diferenciação entre os alunos; para ele, ao contrário, a bagagem anterior de cada um deve ser

CONT.



levada em conta na sala de aula. “Ao contrário dos negros, que sofrem um racismo social – porque se associa o fenótipo da pessoa negra ao comportamento de um possível delinquente, então ele é mais parado pela polícia do que o branco –, os indígenas sofrem um racismo epistêmico. Os brancos não acreditam que eles são capazes de aprender e muito menos de ensinar”, disse.

Carvalho citou o exemplo que considera positivo de Maria da Graça Hoefel, professora de práticas de saúde na Faculdade de Ciências da Saúde. Ela encontrou uma maneira de promover um diálogo entre conceitos de medicina ocidental, que norteiam o curso, e o conhecimento prévio dos alunos indígenas.

O Hospital Universitário da UnB é referência no tratamento de indígenas de todo o país, encaminhados pela Casa do Índio. Histórias de choque cultural são frequentes: pacientes que não se deixam furar com agulha, outros que não aceitam a comida do hospital e fazem greve de fome, e até o caso de uma família que, por tradição, queria queimar o leito onde um parente havia morrido. Graça Hoefel propôs à diretoria do hospital a criação de um “ambulatório indígena”, cujos monitores seriam dezoito alunos de diferentes etnias, supervisionados por ela e pelo pajé Álvaro Tukano. O projeto foi aprovado e está sendo implantado há seis meses. Os alunos se dividem em turnos e ajudam tanto no processo de comunicação entre pacientes e médicos quanto no tratamento.

No Departamento de Antropologia, Carvalho criou uma disciplina chamada Encontro dos Mestres Tradicionais com a Universidade, em que convida sábios indígenas para conduzir as aulas com ele – como o mestre Maniwa Kamayurá, arquiteto e especialista em bioconstrução no Alto Xingu. Na sala do antropólogo há uma maquete de uma construção de Maniwa, toda projetada considerando-se escalas e padrões do corpo humano. “Um professor de arquitetura aqui da UnB o escutou falando sobre as medidas humanas e ficou boquiaberto: os gregos e os romanos também partiam dessas escalas em seus projetos”, disse.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



“Os índios estão com muita raiva do chefe do povo branco do Acre”, diz antropólogo que atua no Estado há 35 anos
SÍTIO AMAZÔNIA, 13.11.2013

O antropólogo Terri Vale de Aquino, 67 anos, criticou duramente o governo do Acre por captar, em nome dos povos indígenas, milhões de dólares em financiamentos junto ao Banco Mundial e BNDES e não repassá-los corretamente em benefício das comunidades. Na semana passada, lideranças indígenas pediram ao Ministério Público Federal para interceder junto ao governo estadual para que haja diálogo contra a situação de abandono em que se encontram.

- A realidade é que estão jogando dinheiro fora. É o que estou vendo no Acre. Existe dinheiro pedido pelo governo do Acre em nome dos índios ao BNDES e ao Banco Mundial que não está sendo bem aplicado – critica, assinalando que verbas são pulverizadas dentro da estrutura burocrática do governo estadual de forma “pouco zelosa”.

Mais conhecido como Txai Terri Aquino, o antropólogo atua nas florestas do Acre há 35 anos. O Acre que se conhece não seria o mesmo sem a perseverança dele em lutar para que 15% dos 164.123,040 km² do território estadual estejam assegurados como florestas pertencentes aos indígenas.

- Os índios estão com muita raiva do chefe do governo do povo branco do Acre. A insatisfação está concentrada no governo Tião Viana – disse o antropólogo.

Pai de oito filhos, sendo quatro indígenas, Txai Terri Aquino é respeitado pelo que fez até aqui por 16 etnias e uma população estimada em 20 mil indígenas no Estado.

Ele disse que “existe muita propaganda enganosa no ar” por parte do governo estadual, que se aproveita de muita coisa que já não continua mais sendo feita em benefício dos indígenas. Segundo o antropólogo, o governo de Jorge Viana, atualmente senador, apontou os rumos, abraçou os índios e os fez sentir orgulho de sua cultura.

- O que temos agora é um abandono e esse abandono está sendo criticado pelo Jorge Viana, irmão do governador. Os índios estão confirmando que realmente existe um abandono. Um índio me disse que quando Tião Viana sobrevoa a floresta de helicóptero não vê a floresta, mas o subsolo. Ele olha para a floresta e vê barris de petróleo, bujão de gás. É dessa maneira que este governo está tratando a floresta. Acho que o governo, se for inteligente, vai chamar os índios para conversar. Os índios querem diálogo com o governo, mas não querem diálogo mentiroso.

Veja os melhores trechos da entrevista exclusiva de Terri Vale de Aquino:

CONT.



“Em nome desse amor”

Estamos vivendo agora uma lua de fel. O documento entregue ao Ministério Público Federal é de uma clareza ímpar, pois pontua os problemas relacionados às políticas públicas para os povos indígenas no Acre. São denúncias sérias e os índios não estão de brincadeira. Estou falando em meu nome pessoal, pois não estou autorizado a falar em nome do movimento indígena ou das pessoas que escreveram o documento.

Estou falando como um antropólogo que anda pelas florestas do Acre há 35 anos, colaborando na conquista das terras indígenas. Portanto, estou falando como cidadão acreano e antropólogo. Sou pai de oito filhos, sendo quatro deles indígenas. Estou falando em nome desse amor. O documento trata de assuntos que já foram expostos ao governo. Simplesmente os índios entenderam que a partir de agora necessitam de um aliado maior, que seja capaz de ajudá-los a dialogar com o governo do Acre.

Dinheiro jogado fora

O documento está muito bom, assino embaixo, mas deixou a desejar em relação aos índios isolados no Acre. Não tem uma linha sequer sobre esse situação, que é grave em muitas terras indígenas na atualidade. Em pelo menos 12 terras indígenas do Acre existe a presença de populações de índios isolados. Mas os índios estão preocupados basicamente com as políticas públicas em suas comunidades. Eles não estão falando de desenvolvimento do Acre, mas de suas necessidades, de como estão sendo aplicados recursos que estão sendo pedidos pelo governo do Acre ao BNDES e Banco Mundial em nome de suas comunidades. Esses recursos são pulverizados dentro da estrutura burocrática do governo estadual.

Essa arrecadação de recursos vem sendo feita de maneira pouco zelosa. As construções que estão sendo feitas nas aldeias, os açudes, as escolas, tudo está sendo mal feito, ninguém acompanha. As empresas que ganham as licitações usam material de terceira qualidade. Mesmo quando distribuem instrumentos de trabalho, como machados, facões ou motores, tudo é de qualidade inferior. A realidade é que estão jogando dinheiro fora. É o que estou vendo no Acre. Existe dinheiro pedido pelo governo do Acre em nome dos índios ao BNDES e ao Banco que não está sendo bem aplicado. Os índios não estão querendo fazer uma generalização da política. Eles estão expressando o que estão vivendo. É preciso que o governo receba os índios e discuta como podem melhorar a situação.

Abandono da floresta e dos índios

Recentemente, o senador Jorge Viana, ex-governador do Acre, falou do abandono das florestas como projeto de desenvolvimento sustentável para o Acre. O senador tem toda razão e os índios estão expondo o abandono das políticas públicas voltadas para as florestas e populações das florestas no Estado. Quando o senador fala em abandono das florestas também está falando do abandono dos indígenas, que são donos de 15% das florestas do Acre. Se é um abandono, como diz o Jorge Viana, e é verdade, os índios são as maiores vítimas desse

CONT.



abandono. Acho que o Jorge Viana, enquanto governador, avançou muito com os estudos de etnozoneamento em terras indígenas. Os índios tinham espaço e qualquer hora que queriam conversar com o governador o Jorge Viana tinha espaço para recebê-los. Mudou muito.

Secretaria indígena

Em março, por exemplo, acompanhei os índios, quando foram entregar ao governador Tião Viana o mesmo documento entregue ao MPF. Ninguém queria recebê-los. Botaram os índios dentro de uma sala, chamaram um assessor para receber o documento. O governador Tião Viana nem se dignou a recebê-los. Diante disso, é que os índios concluíram que não adianta escrever documento e entregar ao governo e buscaram o apoio do Ministério Público Federal na tentativa de fazer com que o governo melhore. Os índios não querem acabar com o governo, mas que melhore a relação do governo com eles.

Deviam levá-los a sério, pois os índios de 22 associações estão apontando o rumo dessa nova política indigenista voltada para suas populações. É preciso que haja humildade. Existe gente tão arrogante que já parte para a crítica, parte para negar que os índios buscam o diálogo com o governo. Os índios têm buscado diálogo desde 1999, quando o PT assumiu o governo. Claro que durante o governo Jorge Viana esse governo era mais efetivo, respeitoso e se traduzia em ações concretas. O Jorge chegou a criar uma secretaria estadual para os povos indígenas, no governo seguinte, Binho Marques retrocedeu, transformando-a numa assessoria. Eles captam dinheiro de bancos, no Brasil e no exterior, em nome dos índios, e aplicam de forma muito desrespeitosa.

Desrespeito

O governo federal instituiu a política nacional para discutir gestão ambiental e territorial em terras indígenas. No Acre, os agentes agroflorestais estão fazendo a gestão ambiental e territorial de suas terras. Cada um desses agentes recebe uma bolsinha de R\$ 300,00, que às vezes não tem continuidade ou passam muito meses sem receber. Os índios consideram isso muito desrespeitoso. Por que o governo do Acre não insere esses agentes agroflorestais no contexto novo da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, que a presidente Dilma Rousseff assinou?

Raiva do chefe branco

Os dois assessores para assuntos indígenas do governado Tião Viana são o indígena Zezinho Kaxinawá e antropólogo Marcelo Piedrafita Iglesias. São duas pessoas muito competentes. O Marcelo talvez seja o antropólogo mais importante do Acre. Escreveu um livro maravilhoso sobre história do Acre. Acho até que está sendo sub-utilizado, pois devia estar ensinando na Universidade Federal do Acre. Pena que a universidade seja um lugar meio fechado. Mas a questão não é pessoal. Não existe nenhuma crítica ao Zezinho ou Marcelo.

A questão é de formato de uma assessoria que não dispõe de recursos financeiros, que tem que discutir com outros secretários de governo, alguns dele muito preconceituosos em relação

CONT.



aos índios. O buraco está mais em cima. Os índios não estão com raiva do Zezinho e do Marcelo. Os índios estão com muita raiva do chefe do governo do povo branco do Acre. A insatisfação está concentrada no governo Tião Viana. A assessoria indígena não pode fazer nada.

É usada muito mais como uma fantasia, para dizer que no governo existe também existe a presença de índio. O Jorge Viana criou uma secretaria estadual para receber as verbas captadas pelo governo em nome dos povos indígenas. Os recursos que o governo vem recebendo do BNDES e do Banco Mundial em nome dos índios poderia estar naquela secretaria que foi extinta. Os índios iam olhar para o governo do Tião Viana e ver as caras deles. Os índios não têm lugar no atual governo e a assessoria é muito pequena.

Existe muita propaganda enganosa no ar, pois estão se aproveitando de muita coisa que já foi feita pelos indígenas e que agora não está sendo mais atendida. Jorge Viana foi um governo que apontou os rumos, que abraçou os índios e os fez sentir orgulho de sua cultura. O que temos agora é um abandono e esse abandono está sendo criticado pelo irmão do governador. Os índios estão confirmando que realmente existe um abandono.

Um índio me disse que quando o Tião Viana sobrevoa a floresta de helicóptero não vê a floresta, mas o subsolo. Ele olha para a floresta e vê barris de petróleo, bujão de gás. É dessa maneira que este governo está tratando a floresta. Acho que o governo, se for inteligente, vai chamar os índios para conversar. Os índios querem diálogo com o governo, mas não querem diálogo mentiroso.

Os índios querem uma mudança estrutural no desenho das políticas públicas. Por que Jorge Viana criou uma secretaria indígena e o Binho Marques retrocedeu para uma assessoria? Existe uma porrada de secretarias, entre as quais a dos negros e das mulheres, e por que não existe uma secretaria indígena para receber o dinheiro que é captado pelo governo do Acre em nome dos povos indígenas?

O formato que o governo Jorge Viana criou foi abandonado, retrocedeu no governo Binho Marques e esse retrocesso foi radicalizado no governo Tião Viana. Talvez os índios sejam preteridos porque não são numerosos eleitoralmente e o governo prefira concentrar seus esforços na maioria dos eleitores que vivem nas cidades. Parece uma coisa pragmática, mas a riqueza do Acre está lá na floresta – biodiversidade e sociodiversidade.

Por: Altino Machado

Fonte: Blog da Amazônia/ Terra Magazine

Povo Munduruku do Tapajós anuncia nova instância de representação

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 13.11.2013

Após a realização de uma Assembleia Geral convocada por caciques e lideranças no início deste mês, os Munduruku, em franca oposição à construção das hidrelétricas do Tapajós, anunciaram a reformulação de sua instância representativa, a Associação Pusuru.



A decisão foi tomada por mais de 65 caciques e lideranças que juntos totalizaram mais de 400 Munduruku reunidos em assembleia na aldeia Restinga
Foto: Ruy Sposati/cimi

A decisão foi tomada por mais de 65 caciques e lideranças que juntos totalizaram mais de 400 Munduruku reunidos em assembleia na aldeia Restinga. O povo declarou de forma enfática que seguirá combatendo a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e demais usinas nos rios da Amazônia.

Em carta divulgada nesta segunda (12), os Munduruku afirmam que a Associação Pusuru, que havia assumido a interlocução com o governo federal, foi reestruturada, teve o nome mudado para Dau'k e também a sua diretoria.

O documento também reforça a preocupação dos indígenas com a entrada de não-índios, como pesquisadores do empreendimento hidrelétrico do Tapajós, e garimpeiros, em seus territórios.

A terceira assembleia será realizada no dia 19 de abril do ano 2014 na aldeia Missão São Francisco, no rio Cururu.

Fonte: Cimi

Índios têm acesso à internet e oficinas digitais

SÍTIO AGUA BOA NEWS, 13.11.2013



Oca Digital é usada para troca de conhecimentos livres e experiências no universo da tecnologia e comunicação

Por meio de uma parceria entre as Secretarias de Estado de Esportes e Lazer (Seel) e de Ciência e Tecnologia (Secitec), foi possível a implantação da Oca Digital, um espaço para que os 1,6 mil indígenas competidores dos XII Jogos Indígenas possam acessar a Internet.

O espaço também é usado para troca de conhecimentos livres e experiências no universo da tecnologia e comunicação. Mais do que acesso à internet, os participantes ainda devem comparecer a oficinas para se atualizarem sobre os assuntos que permeiam o mundo digital. A intenção é que os indígenas usem o espaço principalmente para informar o mundo sobre as discussões que permeiam o evento.

A Secitec doou para a Seel quatro kits, cada um deles composto por 11 computadores, mesas e cadeiras. "A oca digital é uma idéia interessante para os índios terem acesso à pesquisa e a interação com os não índios", comentou o secretário de Ciência e Tecnologia, Rafael Bastos. O secretário Ananias Filho, titular da Seel, disse que além dos computadores, foram entregues aparelhos de ar condicionado split e a cedência de técnicos do Núcleo Sistemico de ambas as pastas para instalar os equipamentos na oca digital. "A oca digital é fruto do trabalho conjunto das duas pastas", destacou.

CONT.



No Facebook

O índio Xavante Urias Tsumey Wa Tserenhib, 19 anos, aproveitou para entrar no Facebook e no You Tube nos intervalos das apresentações e quando não participava de nenhum jogo. Morador de Campinópolis, ele conta que estuda o Ensino Médio na cidade e dentro da aldeia não é permitido o uso de computadores. "A luz chegou há pouco tempo lá, mas o Conselho Tribal, não permite a internet. Eles vêem que isso é uma forma de enfraquecer a nossa cultura".

Urias diz que antes do jovem sair da aldeia para estudar na cidade é avaliado pelo conselho tribal. A idéia é absorver a educação, a tecnologia dos não-índios, mas sem se deixar 'contaminar' pela cultura. Da mesma forma que o jovem xavante procura não interagir com não índios, ele também prefere não deixar que pessoas que não sejam indígenas possam conviver com ele ou visitar a aldeia. Ele faz parte do movimento indígena e fez curso de formação em Brasília em abril deste ano.

Outros jovens das etnias Terenas, Xingu, Caiapó, Erikibatska e Tapirapé também adotam o mesmo caminho dos Xavantes, de conviver com não índios, mas sem perder a identidade cultural.

Coreanos são detidos com ervas medicinais retiradas de terra indígena

SÍTIO REPÓRTER MT, 13.11.2013

Os estrangeiros foram enquadrados pelo Ibama pela tentativa de remessa de patrimônio genético ao exterior



amostras biológicas seriam revendidas para indústrias farmacêuticas e cosméticas no exterior (IBAMA)

O Ibama flagrou quatro coreanos nesta segunda-feira, 11, por prática de biopirataria. A operação começou no dia 4 de novembro, quando técnicos do Ibama em parceria com a Funai e apoio da Força Nacional foram para o Município de Canarana no Mato Grosso, para apurar a denúncia que pessoas estavam coletando material genético da Terra Indígena Parque Nacional do Xingu.

Após semanas de investigação, a equipe do Ibama flagrou o grupo quando retornavam da Terra Indígena após coletarem amostras de material vegetal e filmagens de formas de coleta e uso de ervas medicinais dos indígenas Kamaiura, Waurá e Ikpeng.

Após o flagrante eles foram levados para a Delegacia Regional da Polícia Federal de Barra do Garça (MT)

Um dos infratores possui uma empresa nos Estados Unidos, a qual revende amostras biológicas para indústrias farmacêuticas e de cosméticos. Além disso, conforme informações obtidas ao longo da investigação, não seria a primeira visita do sul-coreano ao país, tendo realizado atividades semelhantes em outras oportunidades, inclusive com o conhecimento de que estava desrespeitando as normas nacionais.

Os estrangeiros foram enquadrados pelo Ibama pela tentativa de remessa de patrimônio genético ao exterior e devem responder criminalmente pelo transporte de produtos florestais sem licença do órgão ambiental. O acesso ao conhecimento tradicional associado dos indígenas está sendo investigado. As irregularidades nos passaportes e vistos, podem resultar na sua expulsão do país.



Conflito indígena em MS mancha imagem do Brasil, acredita Lula

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 13.11.2013

O ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou nesta quarta-feira (13) que a violência no campo deixa a imagem do Brasil negativa diante de outros países. Durante visita a Campo Grande, Lula foi questionado sobre os conflitos indígenas no interior de Mato Grosso do Sul.

“Com o conflito, perde o índio, o empresário, o Estado e o País”, argumentou. Lula se reuniu com produtores rurais e autoridades políticas. Ele também garantiu que levará a questão fundiária de MS para a presidente Dilma Rousseff (PT), sua sucessora.

Para o ex-presidente, existe uma “obrigação política de buscar solução negociada para esse impasse”. Ele ainda disse que não tem conhecimento se esse problema já está “nas mãos de Dilma, que é quem manda e decide, ou se está ainda no ministério”.

Mas antes que aconteça “uma nova desgraça”, como a morte do índio terena Oziel Gabriel, 36 anos, morto em maio deste ano, durante reintegração de posse na Fazenda Buriti, em Sidrolândia, Lula afirma que o Brasil tem que trabalhar em tempos de paz.



Ex-presidente comentou sobre conflitos no Estado durante agenda em Campo Grande (Foto: Marcos Erminio)



COP19: Povos Indígenas – menos blá blá e mais ações concretas

SÍTIO ENVOLVERDE, 13.11.2013

por Daniele Savietto,
da Agência Jovem de Notícias,
Especial para a Envolverde



Foi com um discurso profundo e apaixonado que Juan Carlos Jintach e Arlen Ribeiro Calderon, integrantes da COICA, organização que o Brasil também faz parte através da COIAB, abriram a seção sobre as mudanças climáticas e os povos indígenas da bacia Amazônica, aqui na COP19.

Todos sabem o quanto os povos indígenas já sofreram graças às intervenções do homem “civilizado”, são historicamente marcados por devastações de seu espaço e sua gente, e mesmo hoje, quando possuem direitos legais,

continuam sendo afetados pela busca incessante do lucro excessivo que fecha os olhos para os efeitos permanentes em nosso planeta.

A principal questão levantada foi a urgente necessidade de ações imediatas para resolver as consequências dos problemas que vem se acumulando ao longo dos anos. “Chega de falar, queremos ações concretas e imediatas” disse Juan Carlos Jintach.

A crítica ainda estendeu-se sobre a posição das Partes dentro da COP, que chegam aqui para na verdade discutir questões financeiras, sua principal preocupação, e não focam nos problemas reais e palpáveis que estão afetando a todos.

O povo indígena mostrou sua força e determinação na luta por um planeta melhor, não esperam que os problemas sejam resolvidos por terceiros, mas são protagonistas para reverter as mudanças climáticas em seu território, exigem participação plena e efetiva, e mais do que isso, que tudo aquilo que está garantido na lei realmente aconteça na prática.

Disseram ainda que o povo latino americano precisa se unir, principalmente porque a COP20 acontecerá em nossa casa e precisamos cobrar as nações já que muitos temas importantes não estão sendo discutidos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

“Chega de acumular papeis e decisões que não levam a nada, reflexões que nunca terminam, precisamos de ações concretas já! Estamos cansados, queremos voltar a nossa terra, trabalhar, plantar, mas estamos aqui porque reconhecemos nossa responsabilidade.”

Esta luta também é nossa, temos que abraçar nossos irmãos indígenas, envolver-nos emocionalmente, e ir além, realizar ações práticas como atores das mudanças urgentes que todos necessitamos.

* Daniele Savietto são repórteres da Agência Jovem de Notícias, projeto encabeçado pela ONG Viração Educomunicação, que pretende levar propostas da juventude para serem contempladas pelos negociadores brasileiros durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP19).

** Para acompanhar a cobertura jovem da COP19 acesse também: www.agenciajovem.org e www.redmasvos.org. Os conteúdos serão produzidos em português, espanhol e italiano.



Jogo de tabuleiro criado por indígenas empolga estudantes

SÍTIO JORNAL TRIBUNA LIVRE ONLINE, 13.11.2013

Ministério da Educação

Em meio a tantas histórias e curiosidades em exposição durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em Brasília, eram as mesinhas com o jogo da onça que mais capturavam estudantes de diferentes idades em um dos stands montados no pavilhão de eventos do Parque da Cidade. Atraídos pelo tabuleiro, eles sentavam-se para aprender as regras do jogo, conhecido pelos indígenas brasileiros antes mesmo da chegada dos portugueses.

O jogo, disputado em dupla, exige estratégia. Um jogador fica com a onça e o outro com 14 sementes ou pedrinhas que representam os cachorros. O jogador com a onça deve capturar cinco cachorros enquanto o oponente precisa encurralar a onça e impedi-la de se mover pelo tabuleiro. “Para não ser cercado, fui pelas beiradas e ganhei dos cachorros”, explicou David Patrick, 11 anos, aluno do quinto ano da Escola-Classe 407 Norte. Ele não conhecia o jogo e se divertiu.

“Como o jogo era muito popular em Portugal, acreditava-se que os portugueses o haviam introduzido no Brasil, mas é um tesouro nacional e revela o contato dos nossos índios com as civilizações mais desenvolvidas da América pré-colombiana”, explica Zenildo Caetano, 52 anos, professor de educação física do Sesc. Segundo ele, os indígenas traçavam o tabuleiro no chão e usavam sementes como peças.

A notícia completa você encontra na edição de hoje do jornal Tribuna Livre.

Duplicação da BR-386: Proposta R\$ 1,3 milhão menor se habilita a construir aldeia indígena

SÍTIO ESTAMOS EM OBRAS, 13.11.2013



Aldeia indígena fica atualmente às margens da rodovia impedindo duplicação de quatro quilômetros

Foto: Lidiane Mallmann / Especial (Banco de Dados)

Cinco meses após a primeira licitação, o consórcio de empresas Iccila – Planus voltou a oferecer proposta para construir uma nova aldeia indígena na BR-386, em Estrela. Novamente, só houve um único interessado na realização da obra.

Diferentemente de junho, quando as empresas informaram que realizariam a obra por R\$ 9,85 milhões, dessa vez o consórcio chegou ao valor de R\$ 8,54 milhões para a realização de projetos e construção de 29 moradias indígenas. Também está prevista a construção de uma casa de fala (centro de reuniões para promover a cultura indígena), uma escola Kaigang e uma casa de artesanato.

Agora, a Comissão de Licitação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) aguarda a apresentação das documentações necessárias para poder anunciar o consórcio como o vencedor da concorrência.

Se os trabalhos começarem até o final do ano, o Dnit acredita que seja possível concluir a duplicação da BR-386, entre Tabaí e Estrela, até maio de 2014. Isso porque a Fundação Nacional do Índio (Funai) só vai autorizar o serviço, num trecho de quatro quilômetros, após o início dos trabalhos para a retirada dos índios das margens da rodovia.

A empresa vencedora ficará responsável pela elaboração de projeto básico e executivo e execução das obras de construção da nova aldeia no município de Estrela. Ela terá dois anos para realizar os serviços.



UFMG abre 35 vagas para formação de professores indígenas na área de matemática
SÍTIO UFMG, 13.11.2013

O curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas recebe inscrições gratuitas para o processo seletivo 2014, até o dia 20 de dezembro, exclusivamente pelo site www.ufmg.br/copeve.

Os candidatos devem imprimir o requerimento de inscrição e enviá-lo, juntamente com a documentação especificada pelo edital do concurso, até o dia 23 de dezembro, para Comissão Permanente de Vestibular (Copeve) da UFMG – Unidade Administrativa III – 2º. Andar – Avenida Antônio Carlos, 6627– Bairro Pampulha, Belo Horizonte/MG, CEP 31270-901.

São 35 vagas para a área de Matemática. O curso habilita professores indígenas para atuarem nas escolas de suas respectivas etnias, nas séries finais do ensino fundamental e médio.

Com início no segundo semestre de 2014, o curso será desenvolvido em módulos, com duração de quatro a cinco semanas em tempo integral, no campus Pampulha. Já os intermódulos ocorrerão nas áreas e comunidades indígenas onde os estudantes habitam, ou com as quais mantém vínculo.

As provas serão realizadas no dia 24 de março de 2014, nas cidades de São João das Missões (MG), Governador Valadares (MG), Porto Seguro (BA) e Angra dos Reis (RJ).

Mais informações no Setor de Apoio ao Candidato nos seguintes telefones: (31)3409-4408/4409.

Proprietário rural denuncia tentativa de ocupação indígena à polícia em MS
SÍTIO MS HOJE, 13.11.2013



Foto: Divulgação

Deusmar Manoel da Silva, 53 anos, dono da estância Garrote em Miranda, a 203 km de Campo Grande, registrou boletim de ocorrência dizendo à polícia que indígenas da aldeia Passarinho tentaram invadir a propriedade na manhã dessa segunda-feira (12). O líder indígena da comunidade, Medina Terena, confirma que houve intenção de ocupar a área, mas nega que o grupo agiu com violência.

O proprietário relatou à polícia e ao G1 que os terenas chegaram aos limites da fazenda por volta das 6h ordenando que ele deixasse o local. Conforme o produtor, um trator que pertence à aldeia foi colocado pelos indígenas bloqueando a entrada da propriedade. Silva afirma que o grupo estava armado com arcos e flechas e o ameaçaram, caso não saísse do local.

O produtor afirma que se recusou a sair e disse que chamaria amigos para garantir o direito de propriedade.

Medina explica que uma cerca divide a estância da reserva indígena e que os moradores da comunidade costumam ficar perto da área. Segundo ele, um grupo estava cogitando entrar na propriedade quando o dono do local foi até eles. "Estávamos conversando e ele chegou na ignorância", relata.

Ainda conforme a liderança, o trator teria sido queimado pelo proprietário. A Polícia Civil confirma o fato, mas diz que ainda não há informações sobre quais as circunstâncias do incêndio. O caso foi registrado como esbulho possessório e será investigado pela Polícia Civil.

CONT.



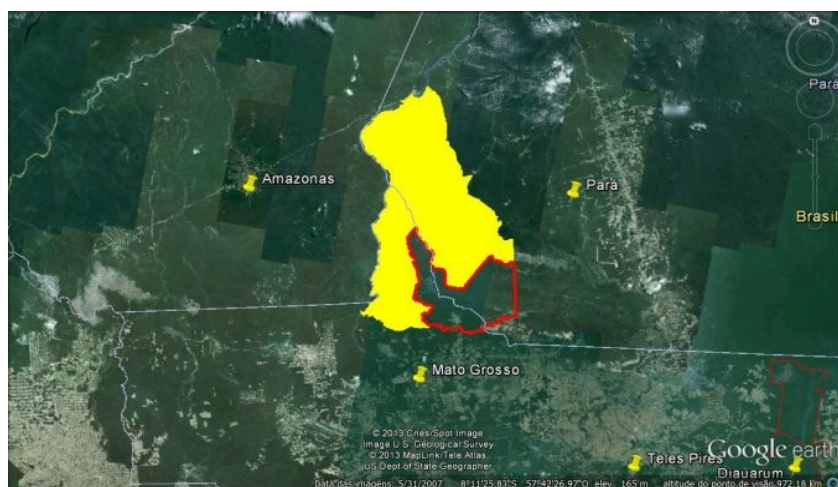
Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Silva afirma que a máquina apresentou algum problema e pegou fogo sozinha. “Joguei bombinhas para espantar [os índios], fazer barulho e fazer com que os vizinhos viessem ajudar”, disse. Os índios deixaram o lugar de forma pacífica e a Polícia Federal fez perícia na estância durante a tarde desta terça-feira.

G1-MS/RMC

Famato considera histórica decisão parando demarcação de área indígena em MT
SÍTIO AGRO NOTÍCIAS, 13.11.2013



A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) considera que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o processo de demarcação da terra indígena Kayabi, no Nortão, na divisa com o Pará, um marco para Mato Grosso. O STF suspendeu, na última semana, o registro em cartório imobiliário da área demarcada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como terra indígena Kayabi e proibiu provisoriamente a transferência do título do território para a Funai, até o julgamento final da questão.

Embora em caráter liminar, esta decisão do STF servirá de parâmetro para outras ações de demarcação de terra indígena em Mato Grosso. Para o caso da Kayabi, o ministro do Supremo, Luiz Fux, recorreu às diretrizes estabelecidas no final de outubro na conclusão do julgamento do processo da Raposa Serra do Sol, de Roraima, cuja decisão limitou os poderes da Funai, considerados, até então, arbitrários.

"As discussões sobre demarcação de terras indígenas preocupam toda a sociedade. Os processos de criação e ampliação de áreas indígenas impactam na economia local, no comércio e na vida das famílias. Essa decisão do STF é muito importante, pois proíbe o registro de qualquer título de terra pela Funai em relação à ampliação da Reserva Indígena Kayabi. Isso demonstra o reconhecimento da mais alta corte do país de que este assunto merece mais atenção e não deve ser tratado apenas conforme os interesses da Funai. Ninguém deseja o conflito, o que queremos é transparência e imparcialidade nos processos demarcatórios feitos pela Funai", avalia o presidente da Famato, Rui Prado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

No dia 24 de abril, a presidente da República, Dilma Rousseff, publicou no Diário Oficial da União a ampliação da reserva indígena Kayabi, localizada entre os limites dos municípios de Apiacás (MT), distante 1.005 quilômetros de Cuiabá, e Jacareacanga (PA). O decreto aumenta a reserva indígena em 729%, passando de 127 mil hectares para 1,053 milhão de hectares. Em 7 de novembro, o ministro

Luiz Fux suspendeu o registro em cartório imobiliário da área demarcada como terra indígena Kayabi no Decreto Presidencial de 24 de abril de 2013. Segundo o STF, consta nos autos que trata-se de conflito federativo entre a União e o Estado de Mato Grosso, estabelecido com a homologação da demarcação da terra indígena Kayabi, uma vez que "a União declarou como indígenas e, conseqüentemente, como suas, terras pertencentes ao Estado de Mato Grosso".

Os procuradores de Mato Grosso alegam que a demarcação de terras indígenas em território estadual "configura conflito federativo que gera a competência originária do STF" e, dessa forma, "cabe ao Supremo dizer se a área é indígena ou não". Ao avaliar que havia possibilidade de conciliação no caso, o ministro determinou o envio do processo para a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal no âmbito da Advocacia-Geral da União (CCAF/AGU) em setembro deste ano. Mas, diante da resposta da União requerendo o prosseguimento do processo no Supremo, proferiu a decisão liminar em harmonia com o princípio constitucional da legalidade.

Fonte: Assessoria



Jogos Quilombolas

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 13.11.2013

Comunidades de Salvaterra manifestam sua expressão com a realização dos Jogos Quilombolas

De Luta marajoara a futebol. O dia da Consciência Negra, celebrado no Brasil em 20 de novembro, é comemorado pelas comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, na Ilha do Marajó, com os Jogos Quilombolas. Homens, mulheres, crianças e idosos todos participam.

O universo complexo das comunidades remanescentes de quilombos é retratado com toda a sua força e intensidade em quatro dias de festa nas terras marajoaras. Toda a riqueza cultural e a história de



lutas, que data desde a formação dos quilombos no período colonial, até os dias atuais, com a busca pela garantia de seus direitos estabelecidos pela Constituição de 1988, estão marcadas nas letras das músicas, em esportes, como a luta marajoara, e na dança do lundu e do carimbó.

Há 10 anos, pela iniciativa de algumas lideranças locais, as mais antigas, pequenos grupos das comunidades se reuniam para refletir sobre sua identidade negra e quilombola e se fortalecerem na luta pelo reconhecimento étnico. A ideia ganhou outras proporções, e de um pequeno seminário realizado na sede municipal de Salvaterra, torneios esportivos, dança, música e festa passaram a fazer parte da programação.

Raimundo Hilário de Moraes, quilombola da comunidade de Caldeirão, é um dos idealizadores dos jogos. Para ele, a participação de todas as 15 comunidades que compõe o território de Salvaterra, revela a capacidade organizativa dos quilombolas. Segundo Hilário, "tudo foi ficando grande. Começamos pequenos, e agora já vêm pessoas de outros municípios. Não tínhamos o apoio de ninguém, e agora até a prefeitura nos ajuda. Isso mostra a nossa força e nos fortalece ainda mais para enfrentarmos os desafios e as dificuldades de nossas comunidades. A Semana da Consciência Negra, em que lembramos a figura de Zumbi de Palmares, nosso guerreiro, também nos faz firmes como quilombolas".

A cada ano, a programação é realizada em uma comunidade diferente. Em 2012, na comunidade de Pau Furado, quilombolas de outros municípios, como Cachoeira do Arari e Curralinho, já participaram. Este ano, na décima edição dos Jogos, que acontecem de 14 a 17 deste mês na comunidade de Siricari, cerca de 500 pessoas participam.

CONT.



Tudo é construído e executado coletivamente, conforme o costume quilombola, e o trabalho é organizado em comissões: de alimentação, de divulgação, de infraestrutura, além de uma coordenação geral, que rege toda essa movimentação.

Cada canto da comunidade é preparado: o barracão é decorado para os grandes momentos, como abertura, encerramento, premiações; os alojamentos, muitas vezes de madeira e palha, são construídos para abrigarem os participantes; a alimentação é preparada pelas mãos das grandes cozinheiras, já conhecidas por todos. E tem muita música! A Banda de fanfarra de Caldeirão, o grupo Enita Angelim, de Salvaterra, os grupos de carimbo de Pau Furado, Bacabal e Bairro Alto embalam as noites culturais.

Uma das atrações mais esperadas, e que foi sendo aperfeiçoada ao longo dos anos, é o concurso da Beleza Negra. “A disputa começou com a categoria juvenil. Mas, aí, as senhoras de meia idade e até as da terceira idade, também queriam participar. E hoje, temos a miss mirim, a juvenil, da meia idade e a da terceira idade”, ressalta Hilário.

Nos jogos, propriamente ditos, homens e mulheres, representando as suas respectivas comunidades, disputam modalidades esportivas que fazem parte do cotidiano. A canoagem, que no dia-a-dia se coloca como forma de locomoção para muitos quilombolas, se transforma em esporte na Semana da Consciência Negra.

Outros jogos também acirram a disputa dos atletas quilombolas, como, a prova do mergulho, a corrida rústica de 100 metros, o futebol, o vôlei, o cabo de guerra, a luta marajoara, e a corrida de búfalo. Jaqueline Alcântara da Conceição, da comunidade de Bacabal, está na organização dos Jogos desde a sua primeira edição e ressalta: “antigamente, as comunidades se encontravam nos quilombos por meio dos jogos e das festas religiosas, os círios... todos se confraternizavam assim. Então para nós era importante retomar esse costume. Por isso ampliamos e fomos realizar tudo dentro das comunidades”.

O Contexto socioterritorial

As comunidades quilombolas, como povos tradicionais, se caracterizam pela organização coletiva, fundamentada em sentimentos de pertencimento, laços de parentesco e, em especial, pelas diferentes formas de apropriação do território, onde os laços de solidariedade e a relação com os recursos naturais são determinantes.

Os jogos quilombolas do Marajó representam uma forma de superação frente às várias formas de expropriação impostas às comunidades. As ameaças à reprodução física e cultural dos quilombolas, traduzidas nas cercas das fazendas, na monocultura do arroz, e na falta de políticas públicas reconhecedoras de sua diferença étnica, estão marcadas em cada passo dado em seus territórios.

A “beleza negra”, como os próprios quilombolas gostam de falar, vem superar as iniquidades e reforçar os laços. “Os jogos vieram para somar à nossa identidade. A cada ano ela vai se fortalecendo. E a gente quer mais. Vamos crescer ainda mais”, afirma Jaqueline.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

O dia 20 de novembro

É o dia de morte de Zumbi dos Palmares, ícone da luta pela abolição do regime escravista no Brasil, marcado pela constituição do maior refúgio de escravos do país, o quilombo do Palmares. É um dia em que se destaca o processo de resistência protagonizado pelos grupos negros contra o preconceito.

Momentos como os Jogos quilombolas demonstram a constituição de um processo de afirmação de um sentido coletivo, da garantia de reprodução social, e da busca por justiça a partir da existência, entre outros fatores, de um sentimento de solidariedade que contribui para a força de suas mobilizações políticas em busca de direitos étnicos, sociais e territoriais.

Fonte: Malungu



Ministério avalia inclusão produtiva de quilombolas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 13.11.2013

Até outubro, 2.204 famílias em quatro estados receberam Assistência Técnica e Extensão Rural e recursos para Fomento.

A agricultora familiar Márcia de Almeida vive na comunidade quilombola Angico, no município de Bom Conselho (PE), onde moram cerca de 1,5 mil pessoas. Ela e outras 237 famílias da região foram beneficiadas com ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do Plano Brasil Sem Miséria.

Para avaliar o andamento da inclusão produtiva dessas famílias, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promove até esta quarta-feira (13), em Brasília, um encontro com gestores, técnicos e representantes das comunidades beneficiadas pela ação.

Até outubro, 2.204 famílias de comunidades remanescentes de quilombos, nos estados de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Minas Gerais, foram atendidas pelas ações de Ater e receberam a primeira parcela dos recursos de Fomento – que totalizam R\$ 2,4 mil, repassados em três parcelas não-reembolsáveis, para apoiar projetos produtivos de agricultores familiares em situação de pobreza. A meta do governo federal é atender a 4.480 famílias quilombolas nesses estados até o fim de 2014.

“A assistência técnica possibilitou às famílias da comunidade a obtenção da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e a inclusão no Cadastro Único e em outras políticas, como de habitação e de cisternas”, conta Márcia. Ela diz que 170 famílias do quilombo já têm a cisterna de placa para o consumo, de 16 mil litros.

Além disso, outras 30 cisternas de calçadão, que podem captar e armazenar 52 mil litros de água da chuva para abastecer a produção rural, foram entregues. “Trouxe um fortalecimento para a comunidade”, conta. Ela lembrou que 160 famílias já receberam também recursos referentes ao fomento às atividades rurais.

Para a secretária adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Lilian Rahal, a Assistência Técnica e Extensão Rural trouxe a capacidade de emancipar parte desta população que se encontrava em situação de extrema pobreza.

“Grande parte desse público não tinha acesso às políticas públicas. Conseguimos localizar as famílias, oferecer assistência técnica de entidades especializadas, que podem ajudá-las na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

produção para o próprio consumo e desenvolver estratégias para inseri-las em circuitos de comercialização”, diz.

Márcia de Almeida destaca que os projetos desenvolvidos na comunidade de Angico estão voltados para a criação de suínos, ovinos e de galinhas caipiras. Além disso, há previsão de construção de uma cozinha quilombola comunitária, que será utilizada para o processamento da produção dos agricultores familiares, e a inclusão deles no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Fonte: MDS



AOS 10 ANOS, LUZ PARA TODOS BENEFICIA 14,4 MI
SÍTIO BRASIL 247, 13.11.2013

Nova fase do programa, prorrogado até 2014, foca nos cidadãos contemplados no Plano Brasil Sem Miséria e no Programa Territórios da Cidadania, estabelecidos em antigos quilombos, áreas indígenas, assentamentos de reforma agrária, regiões afetadas pela construção de usinas hidrelétricas ou localizados em área de elevado impacto tarifário

O programa Luz para Todos, do governo federal, completa dez anos neste mês. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, a iniciativa leva luz elétrica, gratuitamente, a cerca de 14,4 milhões de pessoas que vivem nas áreas rurais do País. A meta inicial era atingir mais de 10 milhões de pessoas até 2008. Porém, em 2010, o IBGE apontou a existência de uma população ainda sem energia e o programa foi prorrogado até 2014.

A nova fase foca, prioritariamente, os cidadãos contemplados no Plano Brasil Sem Miséria e no Programa Territórios da Cidadania, aqueles estabelecidos em antigos quilombos, áreas indígenas, assentamentos de reforma agrária, regiões afetadas pela construção de usinas hidrelétricas ou localizados em área de elevado impacto tarifário.

O objetivo é que a energia elétrica facilite a integração dos programas sociais do governo, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Até o momento, foram investidos R\$ 14,5 bilhões em recursos federais no programa.

Para aderir ao Luz para Todos, o morador do meio rural deve procurar a distribuidora local de energia e efetuar o cadastramento. A solicitação é incluída no programa de obras das



distribuidoras estaduais de energia elétrica e atendida de acordo com as prioridades pelo Comitê Gestor Estadual (CGE). O CGE é formado pelas agências reguladoras e distribuidoras, governos estaduais, prefeituras e representantes da sociedade civil. Este comitê é responsável por acompanhar de perto o andamento do Programa e o cumprimento das metas estaduais de universalização. (Confira o contato do CGE do seu estado aqui .

Em alguns estados, a meta do programa já foi cumprida. Porém, ainda é preciso grande esforço na Região Norte, onde há 10 anos 62,5% da população rural não tinham acesso à

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

eletricidade, contra 11,9% no Sudeste. No país, cerca de 90% das famílias excluídas da rede de distribuição de energia tinham renda inferior a três salários mínimos e 84% delas viviam em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média nacional.

Com Blog Diálogos Federativos



Inscrições para voluntários do Projeto ALMA encerram nesta sexta-feira (15)

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ARANHÃO, 13.11.2013

O candidato precisa estar regularmente matriculado em algum dos cursos de graduação ou pós-graduação da UFMA de Imperatriz



IMPERATRIZ - O Projeto ALMA: Reescrevendo as Histórias das Comunidades Quilombolas em Alcântara – MA está com inscrições abertas para seleção de pesquisadores e extensionistas. Ao todo, estão em oferecimento sete vagas para voluntários, sendo que estes, após ingressarem no Projeto, poderão concorrer a bolsas de auxílio. As inscrições podem ser realizadas até sexta-feira, 15, na coordenação do curso de Pedagogia do Campus Centro da UFMA, em Imperatriz, localizada na Rua Urbano Santos, s/n, Centro.

O projeto, que conta com a participação de discentes de todos os cursos do CCSST/UFMA, em Imperatriz, além de estudantes do ensino médio, pós-graduação, mestrado e doutorado de instituições de educação de Imperatriz e Alcântara, é coordenado pela professora do curso de Pedagogia Herli de Sousa Carvalho. Ele objetiva realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão nas Comunidades Quilombolas em Alcântara orientado pelos eixos de Desenvolvimento Sustentável, Educação, Manifestações Culturais e Religiosas e Saúde.

Qualquer acadêmico que esteja regularmente matriculado em algum dos cursos de graduação ou pós-graduação do CCSST de Imperatriz e tenha coeficiente de rendimento igual ou superior a 7, está apto a participar da seleção. O projeto é uma oportunidade para incrementar a qualidade da formação de estudantes participantes através da pesquisa e extensão.

- Ser almista de corpo e ALMA é acreditar numa aprendizagem que faça das Comunidades Quilombolas um espaço de aula englobando a construção de saberes pela unidade: teoria e prática alicerçadas na pesquisa e extensão. Tais aprendizados são experiências singulares que enriquecem a vida pessoal, acadêmica e profissional de quem se aventura a conhecer o novo pela vivência - complementa a coordenadora do Projeto, Herli Carvalho.

Para concorrer a uma vaga, o estudante deverá realizar seu cadastro no Projeto ALMA, na coordenação de Pedagogia, até o dia 15 de novembro, tendo em mãos comprovante de matrícula, cópia do RG e CPF, carta de motivação, de no máximo 2 laudas, justificando o interesse em participar do Projeto, histórico acadêmico e Curriculum Lattes/Plataforma CNPq, devidamente atualizado.

[Confira o edital](#)

ANA ARRAES É RELATORA DO TCU EM AUDITORIA DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 13.11.2013



A ministra Ana Arraes foi designada Relatora do processo de AUDITORIA CONTÁBIL no TCU Tribunal de Contas da União, em requerimento realizado pelo IARA Instituto de Advocacia Racial e Ambiental e Frente Nacional Quilombola, junto à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal dos Deputados.

O processo pode ser visto no site do TCU no link

<https://contas.tcu.gov.br/etcu/AcompanharProcesso?p1=22707&p2=2013&p3=1> .

O requerimento do IARA e Frente foi formulado em petição detalhada, à Comissão de Direitos Humanos, e se somou ao Mandado de Segurança ajuizado contra a Presidente Dilma Roussef e 44 Reitores de Universidades Federais MS 31907, no Supremo Tribunal Federal(ver Aqui e aqui) exigindo a implementação da Lei de História da África e cultura afrobrasileira.

Muitas retaliações foram desferidas contra os requerentes (ver aqui), em nível pessoal e institucional, como no caso de edição apócrifa de vídeos editados da audiência pública, distorcendo fatos, e foram sofridas pelos representantes do IARA e Frente Quilombola, por terem recorrido à Comissão de Direitos Humanos, mas o certo é que o resultado foi plenamente alcançado.

Foi intensa a repercussão do conteúdo da audiência, que logo alcançou a manifestação do partido político do presidente da CDH (ver aqui). O comparecimento espontâneo de legítimos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

quilombolas, trazendo novas denúncias contra a execução do Programa Brasil Quilombola, como no caso de Nelson Moralles (ver aqui), que morava embaixo da mesa de sinuca da UFRJ, deu maior desdobramento à iniciativa do IARA e Frente Quilombola.

Abaixo, flagrantes de visitas do advogado Humberto Adami (nomeado Vice Presidente da Comissão Nacional da Igualdade do Conselho Federal da OAB) a quilombos do Tocantins, e que foram mencionados na audiência pública na Câmara dos Deputados. Material completo será entregue à Comissão de Direitos Humanos e à Auditoria do TCU proximamente. Uma visita à Ministra Arraes está sendo planejada pela Frente Nacional Quilombola, IARA, e Comissão de Direitos Humanos.

Veja aqui o link da audiência pública na CDDH

<http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=44690>



"Martírio": vamos apoiar Aty Guasu e Vicente Careli a viabilizarem essa denúncia internacional sobre a história e a realidade Guarani e Kaiowá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.11.2013

"Aty Guasu solicita mais esse apoio fundamental de todos(as);, contamos com a participação inesquecível de senhores (as) na construção desse importante registro audiovisual".

O [Vídeo](#) nas Aldeias integra a rede de apoio e solidariedade aos Guarani Kaiowá propondo ações de formação audiovisual nos acampamentos indígenas e a finalização do longa-metragem Martírio.

Os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul vivem um cotidiano de guerra civil. São o lado frágil de um conflito que vem se arrastando por décadas, e que tem no início do processo de construção da política indigenista brasileira sua origem. Nos últimos dez anos, as degradantes condições de vida e o confronto entre índios e grandes proprietários de terra se acentuaram de tal forma que a taxa de assassinatos dos Kaiowá, somente na reserva indígena de Dourados, ultrapassa a de países em guerra e é 495% maior que a média brasileira. Associado a essa paisagem de violência, está o massacrante lobby ruralista, em defesa da manutenção dos grandes latifúndios, incorporado pela mídia e promovido por seus representantes no Congresso Nacional e por autoridades do governo. Tentando minar os direitos garantidos aos índios pela Constituição Federal, disseminam um discurso racista, anti-indígena, e fazem deste um embate de forças cada vez mais desiguais.

Diante deste cenário de genocídio, o Vídeo nas Aldeias resolveu propor duas ações, de curto e médio prazo, em parceria com a Aty Guasu, grande assembleia dos povos Kaiowá e Guarani:

1. Concluir o longa-metragem Martírio. Já em fase de produção, o filme contrapõe o discurso dos ruralistas – "vítimas da invasão de suas propriedades pelos índios" – com registros de despejos de aldeias inteiras, em imagens históricas das décadas de 1980 e 90. Os relatos, daquela época e os atuais, do processo de deportação e confinamento ao qual foram submetidos os Kaiowá, elucidam a origem do problema presente, os equívocos dos primeiros anos da política indigenista do governo brasileiro, e a relação de pertencimento e responsabilidade que os Guarani mantêm com seus territórios sagrados.
2. Realizar oficinas de formação audiovisual e equipar com câmeras de vídeo os acampamentos e áreas sob ameaça. Dessa forma, os Kaiowá poderão retratar a rotina de desamparo a que foram relegados e alimentar as redes sociais com denúncias e flagrantes dos abusos sofridos. De porte desses equipamentos, terão oportunidade de propagar informação livre dos interesses da grande mídia, inibindo futuros atos de violência e ajudando a pressionar (em parceria com a ação do Ministério Público Federal) o governo para que assuma as suas responsabilidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 206/ 2013

Brasília, 13 de novembro de 2013.

A tomada de posição e a colaboração da sociedade civil é fundamental local de resistência neste processo. Para pôr essas ações em prática de maneira independente e eficiente, o Vídeo nas Aldeias integrou a plataforma de financiamento coletivo Catarse.